



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA
ZONA RURAL DE NOVO BARREIRO/RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Aline Franz

Constantina, RS, Brasil

2011

**A RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA ZONA
RURAL DE NOVO BARREIRO/RS**

por

Aline Franz

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Leonardo Germano Krüger

Constantina, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM
UMA ESCOLA DA ZONA RURAL DE NOVO BARREIRO/RS**

elaborada por
Aline Franz

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Leonardo Germano Krüger, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Ana Paula da Rosa Cristino, Ms. (UFSM)

Elaine Maria Dias de Oliveira, Ms. (UFSM)

Constantina, 17 de setembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade, força, determinação e coragem no decorrer de todo este trabalho.

A minha família que me ajudaram, apoiaram e incentivaram, terão meu amor e eterna gratidão.

Ao meu orientador professor Ms. Leonardo Germano Krüger, pelos comentários, disponibilidade, sugestões e incentivo o que ajudou no meu crescimento e enriquecimento deste trabalho.

Ao curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional que me possibilitou repensar sobre o processo educativo e assim aplicar meus conhecimentos.

A todos os colegas professores da escola pesquisada pela compreensão, incentivo, dedicação e ajuda prestada na elaboração e desenvolvimento do trabalho, minha eterna gratidão e amizade.

A Secretaria da Educação pela disponibilidade e ajuda prestada.

A todos (as), enfim, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos,

Muito Obrigada!!!

“Só quem é conhecedor da realidade e acredita no potencial transformador do conhecimento faz aprender. Só quem é cidadão pleno promove o desenvolvimento da cidadania”.

Guiomar Namó de Mello

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL DE NOVO BARREIRO/RS

AUTORA: ALINE FRANZ

ORIENTADOR: LEONARDO GERMANO KRÜGER

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 17 de setembro de 2011.

Esta pesquisa objetivou analisar se a participação da comunidade escolar na reconstrução do projeto político-pedagógico de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da zona rural do município de Novo Barreiro/RS pode ser considerado como um instrumento de gestão democrática. O presente trabalho caracterizou-se como estudo de caso qualitativo, em que foi analisado o projeto político-pedagógico da Escola levando em conta aspectos existentes de uma gestão democrática, como a participação dos sujeitos envolvidos pela Escola. Foram utilizados além de pesquisa bibliográfica, visita a escola para observações de como ocorreu essa reconstrução. Realizou-se entrevistas com o corpo docente, direção, coordenação pedagógica e famílias. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Foi realizada a análise descritiva do conteúdo coletado. Constatou-se que a reconstrução do referido projeto político-pedagógico se constitui em um processo de Gestão Democrática, pois abrangeu toda a comunidade escolar (pais, alunos e professores) em um processo de descentralização de poder.

Palavras-chave: Participação. Comunidade Escolar. Gestão Democrática.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL DE NOVO BARREIRO/RS

(THE RECONSTRUCTION OF THE PEDAGOGIC POLITICAL PROJECT IN A
TEACHING OF THE RURAL AREA NOVO BARREIRO/RS)

AUTORA: ALINE FRANZ

ORIENTADOR: LEONARDO GERMANO KRÜGER

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 17de setembro de 2011.

This research aimed at to analyze the school community's participation in the reconstruction of the Pedagogic Political Project of a Municipal School of Fundamental Teaching of the rural area of the municipal district of Novo Barreiro/RS, it looked for to investigate this reconstruction was constituted in an instrument of Democratic Administration. The present work if it constitutes in case study, developed through qualitative study, in that the Political-pedagogic Project of the School was analyzed taking into account existent aspects of a democratic administration, as the participation of all the subjects involved by the School. They were used besides bibliographical research, analysis of the Pedagogic Political Project, visits the school for observations of as it happened that reconstruction, looking for to contemplate on the Real paper of the Pedagogic Political Project. They took place interviews with the faculty, direction, pedagogic coordination and families, the interviews were recorded, transcribed and analyzed in agreement with content analysis. It was verified that the of reconstruction of the referred Pedagogic Political Project is constituted in a process of Democratic Administration, because it included the whole school community (parents, students and teachers) in a process of decentralization of power.

Key-words: Participation. School community. Democratic administration.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	08
1.1 Objetivo geral	09
1.2 Objetivos específicos	09
1.3 Justificativa	09
1.4 Encaminhamentos metodológicos.....	10
2. REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 Gestão escolar e o projeto político-pedagógico	13
2.1.1 Gestão democrática e a reconstrução do projeto político-pedagógico	22
3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	33
3.1 Contextualização de campo da pesquisa	33
3.2 Opinião da Equipe Gestora, Professores e da Comunidade Escolar	36
3.3 Síntese das ações.....	51
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICES	64
ANEXOS	72

1. APRESENTAÇÃO

Espera-se que a escola faça a diferença na vida de seus alunos. Isso quer dizer que queremos que todo o estudante saia diferente de como nela entrou. Esse é o motivo pelo qual se procura uma escola que promova o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral de seus alunos.

Sabe-se que organizar o trabalho pedagógico em uma escola pública não é uma tarefa fácil. É algo abrangente, requer uma formação de qualidade, além de exigir do gestor um trabalho coletivo que busca incessantemente a autonomia, liberdade, emancipação e a participação na (re)construção do projeto político-pedagógico (PPP).

Neste sentido, o PPP é um documento construído de maneira coletiva, instrumento condutor da política escolar em ação, ou seja, cabe a gestão escolar desenvolver-se no sentido de guiar-se e “obedecer” o PPP a fim de assegurar a qualidade de ensino e da educação, bem como a formação da cidadania como “passaporte” indispensável à participação na ampla sociedade em que vivemos.

De acordo com Ferreira (2008, p.12) o PPP pode se constituir, a partir de um planejamento participativo:

[...] num processo de reflexão conjunta de investigação-ação numa construção coletiva que se consubstanciará num documento que, muitos mais que um documento frio, é um guia vivo de ação para todos na escola que serão, ao mesmo tempo construtores, executores e avaliadores da qualidade e ao atingimento do que foi proposto.

A partir da leitura do trecho citado por Ferreira, o PPP é um documento de identidade que apresenta a instituição escolar para toda a sociedade, no que se refere a sua função, objetivos, missão, concepções e decisões coletivas. Portanto, é um instrumento de melhoria da qualidade das instituições escolares entendida como um pressuposto a ser partilhado por todos, inclusive representando a diversidade existente na realidade escolar.

Desta forma, o presente estudo tem como temática geral: Projeto Político-Pedagógico, e como temática específica: A participação da comunidade escolar na reconstrução do Projeto Político Pedagógico de uma Escola da zona rural de Novo Barreiro (RS).

A problematização está relacionada à existência ou não da participação da comunidade escolar na reconstrução do projeto político-pedagógico: o processo de

reconstrução foi através de um instrumento de gestão democrática? A partir do exposto, construíram-se os seguintes objetivos:

1.1 Objetivo geral

Analisar se a participação da comunidade escolar na reconstrução do projeto político-pedagógico de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da zona rural do município de Novo Barreiro/RS pode ser considerado como um instrumento de gestão democrática.

1.2 Objetivos específicos

- Verificar o processo de reconstrução do projeto político-pedagógico, bem como os mecanismos utilizados.

- Refletir sobre os métodos utilizados pela equipe gestora para despertar o interesse da comunidade escolar para a participação na reconstrução do projeto político-pedagógico.

- Analisar o resultado da participação da comunidade escolar na reconstrução do projeto político-pedagógico.

1.3 Justificativa

A pesquisa se justifica pela importância do PPP frente ao processo educativo na elaboração de metas e ações que definem os rumos da escola em todos os seus aspectos, assim também se explica a necessidade da participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, não somente para cumprir o dispositivo legal que prevê autonomia pedagógica e a participação da comunidade escolar, mas para a construção de um processo centrado na gestão democrática, com a real participação de todos os sujeitos envolvidos na escola.

1.4 Encaminhamentos metodológicos

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa de campo do tipo qualitativa, através de estudo de caso, realizado em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da zona rural de Novo Barreiro/RS que ocorreu através de pesquisa bibliográfica e documental do Projeto Político-Pedagógico da Escola. Neste, foram considerados aspectos existentes de uma gestão democrática, como a participação de todos os sujeitos envolvidos pela Escola. Também, foram realizadas observações dos encontros de formação continuada realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e encontros de discussões coletivas quinzenais, bem como se realizaram entrevistas semi-estruturadas com a equipe diretiva, professores, família (pais e alunos), secretária municipal de educação e supervisor de ensino. As entrevistas foram transcritas e analisadas de acordo com análise de conteúdo.

Esta pesquisa apresenta caráter qualitativo, preocupa-se principalmente com o significado das informações e não com quantidades. Para Triviños (1987), este tipo de pesquisa permite o confronto de perspectivas diferentes para entender o real, tornando-se uma importante alternativa na investigação em educação. A pesquisa qualitativa tem preocupação com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores e representações sociais que permeiam a rede de relações na sociedade (PÁDUA, 2004).

De acordo com Alves-Mazzotti (2006), o estudo do caso se constitui em um método de estudo aprofundado, tratando do estudo de casos isolados, onde a reflexão deve ser feita com profundidade, isso é detalhadamente, e de forma exaustiva. Deve-se levar em consideração influências e variáveis internas e externas, em termos gerais há pelos menos três situações nas quais o estudo de caso é indicado, ou seja, quando o caso em pauta é adequado para testar uma hipótese ou teoria previamente explicitada; quando o fenômeno ou fato seja extremo ou único, ou quando o pesquisador tem acesso a uma situação ou fenômeno até então inacessível a investigação.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com a comunidade escolar. Participaram, após assinar o Termo de Consentimento (APÊNDICE 1), as Diretoras, a Coordenadora Pedagógica, cinco Professores e quatro Famílias (Pais e Alunos).

Desse modo, as entrevistas versaram em relação à participação das Famílias (Pais e Alunos) e Professores na reconstrução do PPP da Escola. Foram pesquisados assuntos pertinentes sobre a possibilidade de uma gestão democrática.

O primeiro passo para obter as informações dessa pesquisa de campo foi ter a permissão da Escola para o desenvolvimento da mesma. Em seguida, partiu-se para o conhecimento do PPP e paralelamente também foi exposto para a equipe diretiva o tema da pesquisa e a sua importância.

Após foi solicitado que as Famílias, Professores, Direções e Coordenação Pedagógica respondessem à entrevista. As perguntas realizadas durante a entrevista semi-estruturada se dividiram entre questionamentos feitos para equipe diretiva, professores e família. A equipe diretiva respondeu os seguintes questionamentos: Como você define Gestão Escolar? Para você o que é ser gestor? Qual a função dos líderes da escola? O que levou a escola fazer a reconstrução do PPP? Como foi divulgado que iria acontecer esse processo? As etapas da reconstrução do projeto político-pedagógico foram definidas por quem? Quais foram essas etapas? O que foi feito em cada etapa? Na reconstrução do projeto político-pedagógico de sua escola aconteceu a participação da comunidade escolar? Quem participou desse processo? O que a escola considera importante constar no projeto político-pedagógico? Quais os métodos utilizados pela escola para promover a participação da comunidade escolar na reconstrução do PPP? Qual a importância da participação dos pais na reconstrução do projeto político-pedagógico? Para você o que significa Gestão Democrática? A reconstrução do projeto político-pedagógico de sua escola pode ser considerado um processo de Democracia? Por quê? Você acredita que a Formação Continuada, estudos, pesquisas e discussões em grupos são importantes para a reconstrução do projeto político-pedagógico? Por quê? Você como líder escolar como avalia o trabalho conclusivo do projeto político-pedagógico (APÊNDICE 2).

O questionário realizado com as Famílias teve as seguintes questões: Para você o que significa participar? Como se dá sua participação na escola? Para você o que significa projeto político-pedagógico? Você teve a oportunidade de participar da reconstrução do projeto político-pedagógico da escola? Como ocorreu essa participação? Você acredita que através dessa participação haverá um maior entrosamento entre escola e família visando à melhoria na aprendizagem dos alunos

e a qualidade em educação? Como é realizada a tomada de decisões na escola, são realizadas reuniões, votações, ou de outra forma? (APÊNDICE 3).

As questões respondidas pelos educadores se referem: Você considera o projeto político-pedagógico um instrumento importante para o processo educativo? Como você avalia sua participação na reconstrução do projeto político-pedagógico de sua escola? Na reconstrução do projeto político-pedagógico de sua escola aconteceu a participação da comunidade escolar? O que você considera importante constar no projeto político-pedagógico? Quais os métodos utilizados pela escola para promover a participação da comunidade escolar? Para você qual a importância da participação dos pais na reconstrução do projeto político-pedagógico? O que significa Gestão Democrática? A reconstrução do projeto político-pedagógico de sua escola pode ser considerada um processo de Democracia? Por quê? Você acredita que a Formação Continuada, estudos, pesquisas e discussões em grupos são importantes para a reconstrução do projeto político-pedagógico? Por quê? Como você avalia o trabalho conclusivo do projeto político-pedagógico? (APÊNDICE 4).

Realizou-se entrevista com a Secretária Municipal de Ensino e Supervisor de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, buscando informações sobre o processo de reconstrução do documento (APÊNDICE 5).

Dessa forma a pesquisa seguiu os seguintes passos descritos por Triviños (2007): delineamento do tema e objetivo a serem estudados; revisão de literatura; questões de pesquisa e perguntas norteadoras, coleta de dados e análise das informações, a qual foi através da análise descritiva do conteúdo coletado, em que se priorizaram as informações pertinentes aos objetivos da pesquisa a partir da inferência do pesquisador.

Ademais, essa pesquisa está subdividida em capítulos, sendo que o capítulo 2 se refere à revisão de literatura, em que se aborda a gestão escolar e a relação entre o processo de gestão democrática e a reconstrução do projeto político-pedagógico. O capítulo 3 se refere à apresentação das informações da pesquisa, contextualiza-se o campo da pesquisa, a opinião da equipe gestora, dos professores e da comunidade escolar referente ao resultado da participação da comunidade escolar no processo de reconstrução do PPP e se esse se constituiu em um instrumento de gestão democrática e a síntese das ações, isto é, a existência da participação da comunidade escolar na reconstrução do PPP, bem como os mecanismos utilizados pela equipe gestora para promover a participação.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Gestão escolar e o projeto político-pedagógico

No processo educativo atual frente às grandes mudanças e transformações sociais o papel do gestor se torna de essencial importância, este precisa estar comprometido com o processo educativo, buscando uma nova cultura desvestida de valores centrados em paradigmas tradicionais que impedem a execução de projetos político-pedagógicos inovadores.

De acordo com Rios (2011) os gestores, particularmente, devem lembrar que as decisões tomadas, o modo como lidam com o poder e a forma como administram o trabalho coletivo interferem diretamente e indiretamente no caminho da sociedade. Quem está em cargo de liderança precisa ter clareza das implicações das atitudes cotidianas e estar ciente das responsabilidades pelos rumos que se seguem quando projetos são elaborados, mudanças são promovidas no currículo e nos critérios de avaliação dos rendimentos dos alunos e decisões que são tomadas em reuniões com os pais e a comunidade escolar.

Lück (2009) explica como os gestores e liderados podem agir de maneira complementar, destacando que a liderança não é uma característica inata das pessoas, embora alguns pareçam ter mais facilidades que outros em exercê-la. Nem tão pouco é privilégio de umas poucas pessoas privilegiadas com dons especiais e tão pouco, ainda, exclusiva de quem ocupa cargos de direção. Trata-se de um exercício de influência que requer competências específicas, que se desenvolve continuamente e demandam captação contínua no desenvolvimento do profissional para que, cada vez melhor e de forma mais consciente, seja capaz de motivar, orientar e coordenar pessoas para trabalhar e aprender colaborativamente.

[...] o ensino da qualidade, orientado para que todos os alunos aprendam o máximo possível, demanda uma cultura escolar onde haja o diálogo, confiança, respeito, ética, profissionalismo (fazer bem feito e melhorar sempre), espírito e trabalho de equipe, proatividade, gosto pela aprendizagem, equidade, entusiasmo, expectativa elevadas, autenticidade, amor pelo trabalho e pela empatia, dentre os outros aspectos. Estes são por certo componentes a partir dos quais se realiza a liderança no ambiente escolar (LUCK, 2009, p.31).

De acordo com Libâneo (2004), articular os diferentes segmentos da comunidade escolar é o caminho para se obter um ensino de qualidade. Nesse

sentido pode-se dizer que a qualidade da educação é interesse tanto da equipe escolar, quanto dos alunos e de suas famílias. Todos estão envolvidos e comprometidos em contribuir, pois, sabem que a melhoria do ensino depende da sintonia da escola com ela mesma e com seus usuários.

Na reconstrução do projeto político-pedagógico, a escola não pode deixar de refletir sobre o tipo de relação que pretende e que deve manter com o meio social no qual está inserida, uma vez ciente de que influencia e é influenciado por esse meio. Menegolla e Sant'anna (1991, p.24) conceituam o projeto político-pedagógico em uma perspectiva humana, expressando que "é necessário um projeto que dimensione o processo educativo e reconstrutivo do homem, que vise planejar a ação educativa para que o homem viva o presente, e, ao mesmo tempo, se projete para o futuro, que está cada vez mais próximo".

Se a escola, em sua essência, tem como papel proporcionar oportunidades para a sistematização e para a consolidação do conhecimento construído social e coletivamente e, se isso ocorre a partir da interação entre os sujeitos e destes com o ambiente em que vivem, não é possível a essa instituição desenvolver as atividades educativas alheias aos anseios do povo de sua comunidade. Referindo-se a esta relação, Içami Tiba (2006) afirma que se deve lembrar sempre que pais e escola deveriam ser parceiros. Pais com coerência, constância e escola com consequência são complementares.

Os educadores têm um papel de grande relevância dentro do processo educativo, assim devem estar comprometidos com a prática educativa e em consequência com o aluno, pois atualmente a sociedade é extremamente capitalista e as mudanças ocorrem de maneira muito rápida. De acordo com Grotto (2006), quebrar resistências ou afugentar o medo do novo é um desafio que está colocado para as instituições de ensino, que tem como missão a formação de seres humanos capazes de se inserir no mundo do trabalho e se adaptarem às mudanças que nele ocorrem.

A elaboração de um Projeto Pedagógico põe em destaque a função social e a dimensão política da prática de todos os educadores de modo geral. Exige que, além de preparar alunos, a comunidade escolar forme, também cidadãos. Prevê a compatibilização de interesses e possibilidades como também a conciliação das tensões existentes na vida social e no cotidiano da escola. A elaboração de um projeto político-pedagógico que traga uma contribuição para a melhoria do ensino, exige uma reflexão sobre a responsabilidade ética dos profissionais da educação (SILVA, 2007. p110).

A fim de buscar soluções conjuntas para as necessidades acima mencionadas surge na década de 1980 o Projeto Político-Pedagógico, época em que o mundo mergulhou em uma crise de organização institucional, quando se passou a questionar o modelo de Estado intervencionista, que determinava o funcionamento de todos os órgãos públicos, inclusive as escolas. Nesse contexto internacional o Brasil vivia o movimento de democratização após um longo período de ditadura. Durante o governo militar, a centralização e a planificação eram criticadas e, na elaboração da Constituição de 1988, o Fórum Nacional em defesa da escola pública (que congregava entidades sindicais, acadêmicas e da sociedade civil) foi um dos grandes batalhadores pela “questão democrática do ensino público”, um conceito que pretendia ser uma alternativa ao planejamento centralizador estatal. Outro aspecto importante é que nessa mesma época a escola brasileira passou a incluir em seus bancos populações antes excluída do sistema público de ensino. Ela ficou, assim, mais diversa e teve que adequar suas práticas à nova realidade. A instituição de um projeto pedagógico surgiu como um instrumento para fazê-lo (GURGEL, 2008).

Para Ferreira (2009), o PPP é a construção coletiva, um espaço que deve primar pela participação de todos, em que professores e estudantes constituem-se sujeitos, e ao mesmo tempo, eternos aprendizes, produzindo conhecimentos provisórios, fruto do diálogo onde se pratique a cidadania como ação contínua, a liberdade, a autonomia, a crítica, o respeito às diversidades como valor, ou seja, uma prática cidadã imersa no contexto social, por que é nesse contexto que os sujeitos se constituem cidadãos, vivendo seu cotidiano de modo político e, sobretudo, humano.

O princípio norteador de um PPP é sempre sua intencionalidade, algo que se apresenta como desejado e necessário, ele cria significado na medida em que nos questionamos sobre o que queremos com a escola e os rumos a seguir, dentro de limites e possibilidades, por isso, ele precisa ser fruto de reflexão e investigação (FERREIRA, 2008).

Veiga (apud FERREIRA, 2008, p.17) afirma que “o Projeto Político-Pedagógico é muito que expresso de caminhos pedagógicos. Implica em desvendar as visões de homem e mundo dos indivíduos envolvidos no processo educacional”. Assim, interessa a um projeto pedagógico não apenas recriar formas pedagógicas,

mas também criar novas metas sociais que venham contribuir para o estabelecimento de uma sociedade.

Desta forma por meio do projeto político-pedagógico em ação, se formarão as personalidades dos alunos e se fortalecerá cada um dos membros da escola, conscientes dos objetivos a serem trabalhados, do seu significado e dos valores que os sustentam, reavaliarão, na sua própria prática, as suas vidas e as suas prioridades, residindo aí, o grande valor da construção coletiva e humana do projeto formador (FERREIRA, 2003).

Projeto significa construção no coletivo havendo a necessidade de reflexão, leituras, discussões e tomada de decisão no coletivo. Projeto é também um documento produto do planejamento porque nele são registradas as decisões mais concretas de propostas futuristas.

Para Kramer (1997), construir a unidade na diversidade e contra a desigualdade é um desafio para a construção de um PPP que aposta na seriedade e na qualidade, também um pressuposto para orientar essa avaliação.

“Projeto é meta, mas torna-se concreto e gerador de movimento quando transposto para a compreensão das pessoas e por elas assumidos” (FERREIRA, 2003, p.112). O termo “projeto” implica sempre na memória lançada para frente, é um exercício prospectivo, uma vez que organizamos algo que está por vir, mas que tem como referência o caminho já percorrido e, mais ainda, o ponto e as circunstâncias em que se está. Projetamos quando temos à nossa frente algo que queremos e para trás algo que nos dá referência. Um projeto é sempre um empreendimento, organização de ações em função de necessidades e desejos de sujeitos concretos. É sempre o anúncio de algo que se quer alcançar.

Segundo Vasconcellos (2009), o significado de Projeto Político Pedagógico se define como: projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo; político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir; e, pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo ensino e aprendizagem.

O mesmo autor afirma que ao juntar às três dimensões, o PPP ganha à força de um guia que indica a direção a seguir para gestores e professores, funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas

sobre essa rota, e flexível o bastante para se adaptar as necessidades de aprendizagem dos alunos. Por isso, ainda salienta, a sua elaboração precisa contemplar os seguintes tópicos: missão, clientela, dados sobre a aprendizagem, relação com as famílias, recursos, diretrizes pedagógicas e plano de ação.

Considerando a realidade educacional, podemos dizer que uma das efetivas conquistas das forças progressistas, foi de conseguir registrar na Constituição de 1988 e referendar na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), a gestão democrática do ensino público, conforme a LDB Art. 14º: Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola; II Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes e ainda determinou que os referidos sistemas devem assegurar às suas unidades escolares progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, deliberações que expressam modos concebidos para que se viabilizasse o princípio da gestão democrática da educação básica (BRASIL, 1996).

Para Will (2002) se às instituições cabe essa incumbência e aos professores participar desse processo, esse caminho nos leva a pensar no norte e no compromisso das ações construídas de forma coletiva e participativa. Além de uma exigência prevista na LDB 9394/96, o PPP das escolas hoje passou a ser fundamental para o andamento real das atividades pedagógicas de forma coerente e eficaz. Não se pode pensar em uma escola, que procure cada vez mais a qualidade e a melhoria de ensino, sem que tenha entendida a organização de seu trabalho como um todo.

É importante ter em mente que a construção do Projeto Político Pedagógico não é apenas uma obrigação legal a que a escola deve atender se for entendido pela escola somente como um documento de ordem burocrática que serve para o cumprimento de tarefas, perde totalmente ser caráter autônomo de vontade coletiva. E, como conseqüência, acaba por não expressar as reais necessidades dos atores sociais envolvidos no processo escolar. O PPP é uma conquista que revela seu poder de organização, procurando cada vez mais ter autonomia em suas decisões e, é claro que esta construção, não pode ser feita por uma pessoa ou uma equipe, mas pelos vários segmentos que da escola fazem parte (WILL, 2002).

Nesse sentido, Wittmann (2007, p.16) colabora dizendo que:

O projeto político-pedagógico da escola é a proposta de contribuição especializada da escola na formação das pessoas. Pessoas são presenças ausentes e ausências presentes. São presenças ausentes porque são herdeiras da riqueza/ cultura produzida no passado, as tem o compromisso radical de construir o futuro, enriquecendo o legado histórico. São ausências presentes porque não se confundem com o já posto, têm um distanciamento crítico impulsionador, que dá condições para que contribuam originalmente na ultrapassagem da herança cultural já presente. Uma intervenção significativa e relevante no processo histórico de formação das pessoas exige uma proposta educativa assumida coletivamente no seu contínuo processo (re) elaborado, execução e avaliação.

O projeto político-pedagógico analisa a realidade da escola e da sociedade em que está inserido, frente a uma reflexão de toda a comunidade escolar, contempla também aspectos que a escola deseja que sejam melhorados neste contexto, onde em sua reformulação busca o desencadeamento de ações que primem por objetivos comuns e práticas inovadoras. Tem o papel de nortear e indicar rumos à prática e as ações pedagógicas, partindo do conhecimento da realidade da comunidade escolar, traçando metas e procurando meios para alcançá-las de forma a contribuir para o crescimento do processo ensino-aprendizagem, no intuito de formar cidadãos críticos, responsáveis e compromissados com a sociedade em que estão inseridos.

Ao repensar o projeto político-pedagógico a escola tem um grande compromisso em nas mãos, tendo em vista tudo que um projeto representa, pois conforme Libâneo (2004, p.27):

O projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando a atingir os objetivos que se propõe. É o ordenador, o norteador da vida escolar.

Sendo assim a escola juntamente com toda a comunidade escolar, buscou traçar metas e estratégias para direcionar os trabalhos, rumo a uma educação de qualidade.

Conforme Porto (2001, p.17):

[...] a escola enfrenta um desafio permanente, que é o de entender as exigências da sociedade política abrangente e entender as exigências da comunidade específica de pessoas e cujos interesses ela deve servir. Isso requer da escola e, especialmente, dos professores uma escolha do que vai servir, que tipos de aprendizagens deve propiciar, a quem e como. Em outras palavras: a escola necessita definir-se, em sua especificidade própria e sua identidade, por um projeto político-pedagógico próprio. E, assim, ela

vale pela proposta pedagógica que viabiliza e a que fornece as condições de realização.

A democratização dos processos de gestão da escola, estabelecidas na Constituição Nacional, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e no Plano Nacional de Educação acentua a necessidade da ação coletiva compartilhada. A descentralização dos processos de organização e tomada de decisões em educação e a conseqüente construção da autonomia da escola demandam o desenvolvimento de espírito de equipe e noção de gestão compartilhada nas instituições de ensino em todos os níveis (LÜCK, 2006).

Percebe-se claramente o desafio posto as escolas frente sua reconstrução. Para Veiga (2006), o projeto político-pedagógico deve apresentar as seguintes características: ser processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão; nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; ser construído continuamente, pois como produto, é também processo.

A dimensão do projeto reflete o desejo coletivamente construído, a definição do que vai ser feito e dos meios para a superação dos problemas detectados, em busca da qualidade da educação oferecida pela escola. É um projeto de ação, a definição do que é necessário e possível fazer para diminuir a distância entre o que a escola é e o que deveria ser. Percebe-se a necessidade de estar atualizada e ser reavaliada constantemente, já que a mudanças nas áreas das ciências, tecnologia, economia, política e cultura que ocorreram nas últimas décadas, trouxeram incertezas necessitando de uma visão mais aberta, flexível, dinâmica. A pós-modernidade gerou transformações no modo de produzir o conhecimento, assim cabe aos educadores estar em constante atualização, buscando leituras e

formações continuadas, através destes desenvolver a pesquisa e aguçar nos alunos a criticidade, criatividade, dinamismo e busca pelo conhecimento e pesquisa.

Lück (2006) analisa que em todo o processo participativo estão em jogo as relações de poder, pois a participação é uma forma de poder, portanto, sua aceitação e realização são conflitantes. Na gestão de algumas escolas, ainda se observa um conjunto de iniciativas centralizadoras e autoritárias: pouca participação da comunidade, desvalorização da presença participativa dos educandos, desrespeito aos profissionais de educação. Assim pode-se perceber que a tão almejada democracia continua em construção, cujas demandas são a todo tempo tensionadas nas relações entre as instituições, usuários e trabalhadores em segmento. É de fundamental necessidade que o trabalho dos gestores esteja baseado no diálogo, trocas, participação enquanto construção do conhecimento, buscando a interação com a comunidade.

O debate nacional público e democrático sobre educação envolvendo a sociedade civil deve se pautar por princípios norteadores, com o propósito de consolidar a visão que a educação precisa ser concedida de forma sistêmica, sem hierarquias ou fragmentações entre os níveis de ensino. Para tanto é necessária a mobilização dos segmentos sociais para um amplo debate educacional numa perspectiva inclusiva e de desenvolvimento social; a definição das diretrizes e estratégias para o Plano Nacional de Educação; criação de uma pauta social geradora de referências para um projeto de educação e de parâmetros para a ação pragmática do Estado no setor e a eleição da educação como eixo central de um projeto de nação (CAETANO, 2010, p.6).

A essência do PPP é descentralizar as decisões dos sistemas de ensino para as escolas, permitindo ao coletivo da escola maior autonomia e participação, desencadeando assim a responsabilização pelas posturas assumidas e ações desenvolvidas pelo coletivo da escola em prol da educação.

Segundo Lück (2006) a centralização da autoridade e, conseqüentemente da responsabilidade pela tomada de decisões está associada à modelo de administração caracterizado pelo distanciamento entre os que formulam políticas e programas de ações e os que as executam e sua clientela/usuário. Sobre o enfoque da centralização de autoridade, os sistemas de ensino experimentam por seu lado uma condição de dependência e obediência em relação ao sistema de ensino que a mantém. Na medida em que essa condição acontece, é desigual e fadada no desencontro, pela falta de reciprocidade e de direcionamento comum e falta de convergência.

A descentralização é importante, destacar constitui-se em uma das evidências de mudança de paradigma, pela qual se reconhece como legítima, necessária e importante, a consideração e a participação, em acordo com princípios democráticos, daqueles que irão atuar em um programa ou organização, de contribuir com a determinação dos aspectos referentes a essa atuação. A partir dessa consideração promove-se a autêntica e genuína mobilização dos agentes de mudança como sujeitos e, portanto, com condição de transformar a realidade, transformando-se também e, dessa forma, criando condições de sustentação das mudanças a serem alcançadas (LUCK, 2006, p.79).

Para Will (2002) os conceitos de PPP, contudo devem estar associados a uma visão pedagógica mais ampla, isto é, a uma concepção de homem e educação coerentes com os objetivos que se deseja alcançar. E, é neste ponto que reside uma das questões fundamentais para a discussão da importância da efetivação do PPP nas instituições de ensino. Faz-se necessário assim, que a escola tenha claro quais são os objetivos que pretende atingir, fundamentos em uma concepção de homem e educação que venha a satisfazer os interesses de uma maioria, a fim de que as relações de poder vigentes na sociedade capitalista sejam desveladas do interior da escola. Esse é um caminho a ser trilhado para que as relações que se desenvolvem na escola sejam democratizadas e menos hierarquizadas.

Todo o projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém (GADOTTI, 2002, p.36).

A reconstrução do projeto político-pedagógico da escola está relacionada ao processo de Gestão Democrática, onde democratizar a gestão de uma escola representa dar a ela flexibilidade e autonomia na tomada de decisões. Neste sentido, as instituições educacionais são as responsáveis em assumir o controle das atividades, bem como a tomada de decisões adequadas à realidade e ao contexto no qual a escola se faz presente. Então, a escola por meio de seus gestores torna-se responsável pela resolução dos problemas enfrentados e o atendimento as necessidades que se fazem presentes, sempre prestando contas aos órgãos superiores, comunidade escolar e educacional local.

É essencial no processo de reconstrução projeto político-pedagógico que a escola leve em consideração a realidade da escola, nesse caso, a realidade do campo na qual os educandos e suas famílias estão inseridos, bem como as necessidades da comunidade.

2.1.1 Gestão democrática e a reconstrução do projeto político-pedagógico

A reconstrução do projeto político-pedagógico encontra-se entrelaçado com o processo de gestão democrática, pois se percebe a grande importância do conceito democracia na gestão educacional, como garantia dos direitos fundamentais e busca da autonomia. A democracia possibilita aos gestores a transparência de suas ações e atos possibilitando a toda a comunidade escolar e local a aquisição de saberes, conhecimentos, idéias e sonhos, aprender a aprender, inventar, dialogar, construir, transformar, enfim buscar uma educação de qualidade, valorizando a participação e tomada de decisão de todos os envolvidos no processo educativo.

De acordo com Silva (2009) poucas vezes paramos para pensar sobre os sentidos presentes na palavra democracia. Não existe uma significação pronta para a democracia. Esta é constituída por um conjunto de práticas sociais, na maioria das vezes elaboradas no seio de lutas e mobilizações políticas. Na gestão de algumas escolas, ainda observamos um conjunto de iniciativas centralizadoras e autoritárias: pouca participação na comunidade, desvalorização da presença política de estudantes, burocracia, ausência de processos eletivos e mesmo desrespeito aos profissionais da educação, esta constatação nos faz reconhecer que a democracia na escola é uma proposta em construção, cujas demandas estão tensionadas na relação entre as instituições, usuários e trabalhadores do segmento.

O artigo 12, inciso VI e VII da Lei 9.394/96 – LDB/96 trata de outra dimensão da gestão escolar, a relação com a comunidade. Cabe à escola, “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processo de integração” entre esta e a sociedade e, ao mesmo tempo, “informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como a execução de sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996).

Construir a relação entre escola e a comunidade é um dos grandes desafios que se coloca para a escola na construção e gestão do projeto político-pedagógico, a partir do princípio da participação democrática. A gestão democrática escolar envolve a participação crítica e ampla na construção do PPP e no seu desenvolvimento, assegurando a transparência das decisões, fortalecendo as pressões para que elas sejam legítimas, garantindo o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribuindo para que sejam contempladas questões

que de outra forma não entrariam em cogitação, conforme ressalta Veiga (2006, p.18):

[...] a gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores.

Segundo dados do Programa Escola Ativa¹ a gestão democrática constitui-se um dos princípios da educação. Ela pode ser considerada como um meio pelo qual todos os segmentos que compõe o processo educativo participam da definição dos rumos da educação, num processo contínuo de avaliação de suas ações, envolvendo permanente diálogo para germinar novas decisões.

Este princípio está presente na LDB/96 que destaca em seu Artigo 3º, inciso VIII “gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Nesse sentido, a gestão democrática participativa é fundamental para o estabelecimento de novas relações na organização escolar principalmente no que se refere à efetividade do ensino (BRASIL, 1996).

A existência de instâncias de reflexão e de decisão entre gestores, educadores, funcionários, educandos, pais, mães e a comunidade organizada, promove o empoderamento dos diversos segmentos da comunidade escolar, a aprendizagem do compromisso com o social, do respeito às regras, da criação coletiva de soluções dos problemas, do respeito ao outro, enfim, do papel social e político da escola.

De acordo com Torres (2001), já é amplamente reconhecido e documentado o fracasso dos processos de reforma educativa que não levam em conta e não tem a participação ativa dos professores, dos pais de família e de outros setores e agentes sociais dos quais depende a concretização ou a permanência no papel das mudanças educativas propostas. A reprodução dessa cultura vertical e hierárquica aplicada às maneiras de fazer política e reforma educativa tem sido tradicionalmente marcada e criticada na relação entre governo e sociedade civil e, especificamente entre Ministério de Educação e docentes, mas é preciso analisá-la além das

¹ O Programa Escola Ativa se refere às escolas do campo que possuem classes multisseriadas. Entre as principais estratégias do programa estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores, valorizando a realidade do homem do campo e respeitando suas especificidades. A escola em estudo é integrante do referido programa.

fronteiras nacionais, na relação entre agências de cooperação, governos e sociedades civis. No mundo globalizado os sistemas educativos deixaram de ser estritamente nacionais, e sua lógica não pode ser compreendida se não penetrarmos no âmbito internacional e no papel das agências de financiamentos. Também os modos tradicionais de cooperação internacional normalmente entram em contradição com o que as próprias agências recomendam aos governos, isto é, modelos participativos e transparentes de atuação. A necessidade, por fim, de parâmetros mais participativos e democráticos de relação e de gestão da política educativa, do nível global ao local da capacidade à vontade, da capacitação à mobilização torna-se essencial para o desenvolvimento de uma vontade política endógena e autêntica, indispensável para converter planos em ações efetivas.

A gestão escolar democrática e participativa abrange a escola e a comunidade, se contextualiza nos processos sociais, políticos e econômicos que delimitam/influenciam a ação educativa da instituição escolar. A constituição e/ou o fortalecimentos de coletivos formados por educadores(as), educandos(as), pais, comunidade organizada e demais trabalhadores, ajudam a compreender, na prática, pressupostos amplos de gestão democrática.

Costa (1998, p.70) ao discutir a escola como democracia argumenta que as abordagens democráticas refletem uma perspectiva prescritiva a partir do acordo como núcleo central da gestão. O autor afirma que o modelo democrático de escola é “um modelo de gestão suportado por imagem fortemente normativo: o conjunto de valores e de crenças que lhe serve de base de justificação é percebido, independentemente da sua comprovação empírica, como verdadeiro e necessário”.

No atual processo educativo se evidencia a necessidade de bons gestores, que dominem as questões administrativas, que tenham espírito de liderança, conheçam as políticas públicas e estimulem a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, buscando garantir a aprendizagem dos educandos.

A verdadeira missão do líder da escola é conciliar as demandas burocráticas e pedagógicas para garantir o progresso dos educandos. As famílias e a comunidade demandam da escola soluções para problemas sociais. Cabe ao gestor criar as condições para que a realidade seja trabalhada de forma crítica em sala de aula. Cabe ao gestor garantir o processo de criação do projeto político-pedagógico como instrumento de gestão democrática, de sua elaboração a implementação,

prevendo espaço para seu questionamento por parte da comunidade escolar (PRIOLLI, 2008).

Pensar um projeto implica pensar o tipo de qualidade da escola, a concepção de homem e sociedade que se pretende construir. O projeto busca uma direção, um rumo, um tipo de ação que se quer realizar. Um projeto político-pedagógico, sendo uma construção possível, tem a finalidade de promover a instauração de procedimentos, atitudes e valores favoráveis ao dinamismo e à troca de saberes, ao amadurecimento humano entre os alunos, os professores e a gestão escolar (CANAN, 2006).

Segundo Gadotti (2000), o projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo com a sua coragem, com o seu cotidiano e com o seu tempo e espaço.

Portanto político e pedagógico são indissociáveis e é nesse viés que a escola deve construir o projeto político-pedagógico, sendo sempre um processo permanente, no qual a reflexão e discussão devem sempre estar presentes auxiliando na busca de alternativas para efetivação da intenção da escola e a solução dos problemas encontrados no cotidiano escolar (CANAN, 2006).

Entretanto para o Projeto Político-Pedagógico ter sentido é necessário que os sujeitos inseridos no processo educativo, percebam a necessidade de mudar e participar, sendo que isso é o ponto de partida para que o planejamento aconteça, o professor é o sujeito e o suporte de transformação do processo educativo. Nesse processo, é necessário considerar alguns aspectos fundamentais, para que tal finalidade seja alcançada, entre elas, o tipo de sociedade que queremos construir e o tipo de cidadão que queremos formar (CANAN, 2006, p.190).

Para Gadotti (2000), a autonomia e a participação, pressupostos do projeto político-pedagógico da escola, não se limitam à mera declaração de princípios consignados de algum documento. Sua presença precisa ser sentida no Conselho de Escola ou Colegiado, mas também na escolha do livro didático, no planejamento de ensino, na organização de eventos culturais, de atividades cívicas, esportivas e recreativas.

O projeto político-pedagógico é um planejamento de trabalho participativo. Deve atender as necessidades de aprendizagens locais, estimulando a criticidade e a criatividade. É um marco referencial de etapas a seres percorridas e tem como objeto um estudo que mude conhecimentos e atitudes a partir da solução de problemas.

De acordo com Werle (2003) falar de participação na educação reporta a compreensão de que qualidade se busca com a inserção de todos os envolvidos nos processos de gestão. A gestão não traz alterações apenas para a dinâmica interna e para o fortalecimento de espaços participativos das instituições de ensino. Se a escola, os professores, a comunidade escolar e local impõem-se como atores importantes, o sistema de ensino precisa revisar suas posições, assegurando as escolas autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. A hierarquia do sistema de ensino passa a ter a função de facilitadora na construção autônoma da identidade da escola que se responsabiliza pela proposta pedagógica e pela instalação de modalidades de participação.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação (LIBÂNEO, 2004, p.102).

De acordo com Barbier (1996), projetar significa intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções. Azevedo (2002) conclui analisando que por isto, constituiu um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de tornar real uma idéia, transformando-a em ato. Para tanto, considerando-se especificamente o PPP, em virtude da pluralidade que caracteriza uma comunidade escolar, o envolvimento no processo requer que as pessoas sejam devidamente motivadas e que adquiram uma visão da relação entre finalidade-objetivo-meio, baseada, por sua vez, na relação desejo-limites-valor, mediatizada pela relação entre recursos-limitações-gestão. A motivação, entretanto, constitui um trabalho próprio do imaginário. Daí porque sem imagens fortes que estimulem as ações, um projeto corre o risco de não se viabilizar, tendo em vista que nossas imagens constituem uma força, e é impossível mudar sem que nossas representações sejam trabalhadas.

Além da participação e autonomia outro elemento fundamental a ser levado em consideração na reconstrução do projeto político-pedagógico é a prevalência da identidade da escola, neste caso a identidade da escola do campo.

Nas Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo (art. 2º, parágrafo único CNE/CEB, 2002), a identidade das escolas do campo é assim definida:

[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos educandos, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002).

Percebe-se no processo educativo atual a importância da tarefa do professor frente à aprendizagem de seus alunos, devendo executar sua prática pedagógica com mais criatividade, dinamismo, buscando situações que despertem em seus alunos a criatividade, curiosidade, espírito investigativo, criticidade, busca pela participação, por novos fatos e descobertas. Fazer junto é diferente de consumir o que está pronto, acabado. Fazer junto é não sonegar o prazer de sentir-se autor de aprendizagens. O fazer junto implica o “esforço reconstrutivo”, essencial na aprendizagem.

Para Lück (2009) o projeto político-pedagógico, como não poderia deixar de ser, tem como foco o aluno sua formação e aprendizagem e a organização do processo pedagógico para promover essa formação e aprendizagem. Em vista, ele engloba o planejamento curricular, isso é o conjunto das experiências a serem promovidas pela escola para promover a formação e aprendizagem dos alunos.

Os professores são profissionais que influenciam diretamente na formação dos alunos, a partir de seu desempenho baseado em conhecimentos, habilidades e atitudes, sobretudo por seus horizontes pessoais, profissionais e culturais. De sua postura diante da vida, dos desafios, da educação e das dificuldades do dia-a-dia depende a qualidade de seu trabalho. Professores bem informados e bem formados são fundamentais para a orientação competente de seus alunos. Sua atuação junto de seus alunos deve ser aberta, com forte liderança e perspectivas positivas orientadas para o sucesso. Professores com elevadas expectativas no sentido de fazer a diferença na aprendizagem de todos e cada aluno são aqueles que mais contribuem para a formação desses (LÜCK, 2009, p.22).

O projeto político-pedagógico deve buscar a participação da comunidade escolar servindo de auxílio para o professor na elaboração de seus objetivos e metas planejando com mais criatividade, consiste em um momento de trocas e diálogo entre os professores, onde é construído no coletivo o que se quer desenvolver, voltado para uma educação significativa tendo em vista a realidade do educando e a construção crítica do conhecimento. Mediante o projeto político-pedagógico a escola assume a condição de formadora da competência para a cidadania, tornando-se a instância estratégica de equalização de oportunidade e qualificação de indivíduos para as mudanças estruturais.

De acordo Gurgel (2008) alguns aspectos básicos devem estar presentes na reconstrução do Projeto Político Pedagógico de qualquer escola. Antes de qualquer coisa, é preciso que todos conheçam bem a realidade da comunidade em que se inserem para, em seguida, estabelecer o plano de intenções, um pano de fundo para que o desenvolvimento do projeto. Na prática, a comunidade escolar deve começar respondendo as seguintes questões: por que e para que existe esse espaço educativo? Tendo isso claro para todos, é preciso olhar para os outros três braços do projeto. São eles: a proposta curricular, formação dos professores e a gestão administrativa.

O projeto deve prever aspectos relativos aos valores que se deseja instituir na escola, ao currículo e à organização, relacionado ao que se propõe na teoria como a forma de fazê-lo na prática, prevendo prazos para tal. Além disso, um mecanismo de avaliação de processos devem ser criados, revendo as estratégias estabelecidas para uma eventual reconstrução de metas e idéias. Tem como desafio transformar o papel da escola na comunidade em vez de só entender às demandas da população, sejam elas atitudinais ou conteudistas, e os preceitos e as metas de aprendizagem colocadas pelo governo, ela passa a sugerir aos alunos uma maneira de “ler” o mundo. A reconstrução do Projeto Político Pedagógico deve ser pautada em estratégias que dêem voz a todos os atores da comunidade escolar: funcionários, pais, professores e alunos. Essa mobilização é tarefa, por excelência do diretor, não existe outra forma de orientar esse processo. Ele pode se dar no Conselho Escolar, em que os diferentes segmentos da comunidade estão representados, mas também pode ser conduzido de outras maneiras, como a participação individual, grupal, ou plenária. A finalização do documento também deve ocorrer de forma democratizada embora alguém ou um grupo possa se responsabilizar pela redação, para que todos os atores se identifiquem com ele e possam sugerir alterações e acréscimos. É importante garantir que o projeto tenha metas e estabeleça propostas permanentes para o médio e longo prazo esses itens devem ser decididos com muito cuidado, já que precisam ser validos por mais tempo (GURGEL, 2008, p.12).

Canan (2006) define que na prática, a reconstrução do projeto permite o diagnóstico dos problemas e a decisão sobre as possíveis soluções presentes com vistas para o futuro. Para sua reformulação devem-se levar em conta a história da escola, das pessoas envolvidas no processo educativo, a situação atual da instituição e sua proposta educativa, definindo assim a identidade da escola. Devem ser consideradas, ainda, as diferenças culturais, bem como as contribuições de cada um para enriquecer o todo.

O projeto político-pedagógico é um instrumento que através dele toda a comunidade escolar pode opinar e participar, pois o mesmo possibilita a maior integração entre todos os segmentos da comunidade. Integrada com essa idéia, não se pode esquecer que vivemos numa época de crise, de grandes transformações e,

portanto, de crise na educação, fato que por si só justifica uma discussão sobre a construção coletiva e democrática de um projeto político-pedagógico.

Na reconstrução do projeto político-pedagógico da escola evidencia-se a necessidade da participação de toda a comunidade, apontando para a realização das ações necessárias no desenvolvimento da aprendizagem, pois quando se inicia um ano letivo com metas construídas com a comunidade aumentam as chances de um trabalho melhor qualidade.

A promoção de uma gestão educacional democrática e participativa está associada ao compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisões entre os diversos níveis e segmentos de autoridade do sistema de ensino e de escolas. Desse modo, as unidades de ensino poderiam, em seu interior, praticar a busca de soluções próprias para seus problemas e, portanto, mais adequadas às suas necessidades e expectativas, segundo os princípios de autonomia e participação (LÜCK, 2006, p.45).

Para Vasconcellos (2009) envolver a comunidade nesse trabalho é compartilhar a responsabilidade de definir os rumos da escola, se constituindo em um grande desafio para a escola. Mas com um PPP bem estruturo, a escola ganha uma identidade clara, e a equipe a segurança de tomar as decisões. Mesmo que no começo do processo de discussão poucos participem com opiniões e sugestões, o gestor não deve desanimar. Os primeiros participantes podem agir como multiplicadores e, assim, conquistar mais colaboradores para as próximas revisões do PPP.

Lopes (2011) analisa que toda a escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que da forma e vida ao projeto político-pedagógico, ele define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. Compõe-se em uma ferramenta de planejamento e avaliação que todos os membros da equipe gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão.

Compartilhar a elaboração é essencial para uma Gestão Democrática, mas infelizmente muitos gestores vêm o PPP como uma mera formalidade a ser cumprida por exigência legal, no caso, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Essa é uma das razões pelas quais ainda há quem prepare o documento às pressas, sem fazer as pesquisas essenciais para retratar as reais necessidades da escola, ou simplesmente copie um modelo pronto. Na última Conferência Nacional de Educação (CONAE), o Projeto Político Pedagógico foi um dos temas em destaque. Os debates lembraram e reforçaram a idéia de que sua existência é um dos pilares mais fortes na construção de uma Gestão Democrática (LOPES, 2011, p.24).

Malavasi (2010 apud LOPES, 2011) por meio do projeto político-pedagógico, o gestor reconhece e concretiza a participação de todos na definição de metas e na implementação de ações. Além disso, a equipe assume a responsabilidade de cumprir os combinados e estar aberta a cobranças.

Lopes (2011) analisa que com relação às famílias o projeto político-pedagógico é a definição da maneira como os pais podem contribuir com os projetos da instituição e participar da tomada de decisões, sendo importante porque a escola existe para atender a sociedade e a integração das famílias no processo pedagógico é garantida tanto pela LDB como pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a busca de informações deve prever o tipo de participação (entrevista com os pais, ajuda na pesquisa, etc.). Porém é preciso consultar os instrumentos de identificação da clientela para analisar a viabilidade dos projetos. Para sua apresentação deve ocorrer à descrição dos vínculos que se pretende construir, estabelecendo metas para o fortalecimento do Conselho Escolar e a presença de pais.

A prática do projeto político-pedagógico é sempre coletiva, requer um trabalho coletivo, onde professores, profissionais da escola, desde vigia até o diretor e a comunidade estejam todos envolvidos e comprometidos com a aprendizagem dos educandos.

De acordo com Perrenoud:

A gênese de um projeto é uma questão de representações partilhadas daquilo que os atores querem fazer juntos. Se não fizerem esse trabalho no início, deverão fazê-lo a seguir, na primeira divergência grave, na primeira crise. Se uma equipe não é capaz de dizer, explicitamente, o que a mantém unida, ela se desfaz ou regride a um simulacro diante dos primeiros obstáculos. Ora, articular representações é não abrir um espaço de livre discussão no projeto e antes do projeto, escutar as propostas, mas também decodificar os desejos menos confessos de seus parceiros, explicitar os próprios e buscar acordos inteligentes (PERRENOUD, 2000, p.84).

Conforme afirma Perrenoud, o trabalho coletivo é condição básica para a eficácia do PPP. A escola representada pela direção e equipe pedagógica tem a função de proporcionar as condições objetivas necessárias para a realização das tarefas subjacentes ao projeto. O grupo de educadores, por sua vez, coloca em prática a competência para planejar e desenvolver as atividades de forma conjunta e integrada.

Para Ferreira (2008) o PPP é o “pensar junto”, “refletir com”, de construir um “plano” de trabalho conjunto, um Projeto Político Pedagógico que possa assegurar uma formação de qualidade para os alunos que vêm à instituição educacional em

busca de seu “passaporte” para a cidadania. Este PPP, portanto, terá que ser construído coletivamente aglutinando crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Constitui-se, portanto, num processo de reflexão conjunta de investigação-ação, numa construção coletiva que se consubstanciará num documento que, muito mais que um documento frio, é um “guia vivo” de ação para todos na escola que serão ao mesmo tempo construtores, executores e avaliadores da qualidade e do atingimento do que foi proposto.

Pode-se dizer que o PPP expressa valores do grupo, suas intenções, interesses, finalidades, objetivos compartilhados em prol de um mesmo ideal, buscando novos caminhos e estabelecendo prioridades que vão ao encontro da coletividade.

Para destacar a dimensão política e prática do projeto político-pedagógico como fator da democratização escolar, lançarei mão da comparação entre uma escola e uma orquestra.

Para Vieira (2002, p.88):

É preciso que todos funcionem como uma orquestra: afinados entorno de uma partitura e regidos pela batuta de um maestro que aponta como cada um entra para obter um resultado harmônico. Esse maestro é o gestor. E a partitura, o Projeto Pedagógico da escola, um arranjo sob medida para os alunos e que é referência para todos.

Azevedo (2002) afirma que é inegável a importância do PPP, particularmente quando se assume o seu significado como Projeto Político Pedagógico, o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta no princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática. Desta perspectiva, o PPP é, também, um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social entre nós.

Segundo Hora (1997, p.35), uma das vias para a democratização do ensino, “[...] passa pelas mudanças nos processos administrativos no âmbito do sistema escolar, vislumbrada através da participação de professores e pais nas decisões tomadas, eleições para cargos eletivos, assembleias e eliminação das vias burocráticas.”.

Nesse sentido, o PPP é uma das vias para a organização do trabalho pedagógico na escola tendo em vista a democratização do ensino e das relações que se desenvolvem no interior do sistema escolar, desde que sua elaboração seja

produto de um esforço coletivo e expresse os anseios, necessidades e interesses da classe constituidora da escola. Assim, segundo Paro (1992, p.39),

Se concebermos a comunidade – para cujos interesses a educação escolar deve-se voltar – como real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurdo a proposição de uma gestão democrática que não supunha a comunidade como sua parte integrante.

No processo de descentralização, a participação de toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários, coordenadores, supervisores, diretores) torna-se de vital importância. As alternativas de descentralização podem possibilitar a construção conjunta de uma nova escola, com o viés da formação de um cidadão mais humano e com valores de uma sociedade realmente democrática.

De acordo com Kramer (1997), a proposta pedagógica é sempre construída, é uma caminhada, no seu longo e lento processo de construção, não há um simples ponto de chegada, mas um constante chegar ao conhecimento, ao saber. É necessário estar presente o sonho, não apenas no sentido individual, mas também de utopia e apostas coletivas. Sonho com a esperança que vai se realizando no miúdo, no presente, no todo dia, o que coloca desafios (planejar, avaliar, arrumar, tomar atitudes, adotar valores) a serem enfrentados, prática e teoricamente, lembrando sempre que toda a proposta contém uma aposta.

Para Grotto (2006) com a reconstrução coletiva do projeto político-pedagógico surgirá a nova escola cidadã e autônoma, onde o poder está no todo e feito de processos dinâmicos construídos coletivamente pelo conhecimento e pela afetividade, construindo-se em espaço aberto de criação e vivências.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Esta pesquisa de campo aprofundou-se em aspectos relacionados à comunidade escolar e gestão democrática. Tem como foco a importância de firmar um bom relacionamento entre escola e comunidade, assim como na participação de toda a comunidade escolar no processo de tomada de decisões da Escola, nesse caso na reconstrução do PPP.

Mudanças vêm acontecendo no processo educativo de maneira cada vez mais aceleradas, dessa maneira evidencia-se um processo de descentralização do poder acerca da educação, para que todos os atores sociais envolvidos no processo educativo possam participar da tomada de decisões, definindo metas e objetivos em prol da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

O presente capítulo irá contextualizar a escola, a forma adotada para envolver a comunidade escolar na reconstrução do documento e a síntese das entrevistas realizadas com a Equipe Diretiva, Coordenação Pedagógica, Professores e Famílias.

3.1 Contextualização de campo da pesquisa

O presente estudo se realizou embasado na reconstrução do PPP de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da zona rural de Novo Barreiro (RS).

Atualmente, a Escola atende um total de 108 alunos, distribuídos da pré-escola nível B a 8ª série. Sendo que do Pré-B ao 5º ano as turmas são multisseriadas.

A Escola possui cinco salas de aula, um laboratório de informática que funciona em conjunto com a biblioteca escolar, uma sala de recursos, uma cozinha com refeitório, 5 banheiros e uma secretaria. Possui um pátio amplo com pracinha e um ginásio poliesportivo comunitário ao lado.

A Escola possui o seguinte quadro funcional: uma diretora, uma coordenadora pedagógica para o turno da manhã, uma coordenadora pedagógica para o turno da tarde, uma monitora para o turno da tarde, uma professora substituta para turno da tarde, dois professores que atendem aulas de reforço, nove professores e duas funcionárias (uma merendeira e uma servente). A Escola conta com um quadro de

professores formados com graduação e a maioria com pós-graduação que buscam constantemente a qualificação profissional.

No ano de 2010, ano da reconstrução do PPP participaram 13 professores (entre esses, 2 diretoras e 1 coordenadora pedagógica), 4 funcionários, além de 112 alunos e 100 famílias.

A maioria dos alunos que frequenta a Escola são filhos de pequenos agricultores agregados e empregados rurais de médio e baixo nível socioeconômico que desenvolvem em suas propriedades a agricultura familiar.

De acordo com o PPP, a Escola tem por objetivo principal proporcionar condições de construção do saber, possibilitando o desenvolvimento do pensamento autônomo, reflexivo e crítico, respeitando os conhecimentos e diferenças individuais. Como filosofia a escola tende a “Proporcionar situações de aprendizagem que levem o aluno a desenvolver sua criticidade, sabendo posicionar-se frente à sociedade a qual faz parte, podendo assim transformá-la se necessário.” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2010, p.5).

Constam no PPP da Escola pesquisada algumas medidas e ações a serem realizadas, como:

Que os alunos demonstrem autonomia e adquiram consciência da realidade em que vivem e que esta pode ser modificada através de sua atuação perante a realidade através de projetos desenvolvidos na escola; Integração da comunidade escolar com a instituição escola promovendo reuniões trimestrais e palestras sempre que estiver relacionado aos projetos desenvolvidos pela escola; Que a avaliação seja considerada um instrumento que possibilite rever a ação do professor e o aprendizado do aluno em benefício do mesmo; Acompanhamento psicopedagógico de acordo com as necessidades individuais do educando visando melhora do seu rendimento escolar; Reunião trimestral do Conselho Escolar para traçar plano de metas para o ano corrente; Oferta de reforço em turno inverso (Sala de Reforço) visando um melhor rendimento escolar; Formação Continuada de qualidade para os professores a fim de que os mesmos possam aprofundar seus conhecimentos; Proporcionar atendimento psicológico semanal na escola para que haja um acompanhamento seqüencial dos alunos; Oportunizar uma prática de ensino dialógica, na qual professor e alunos sejam sujeitos na construção do conhecimento; Desenvolver ações contínuas que envolvam a comunidade no contexto escolar, como: entrega de boletins, reuniões pedagógicas sobre questões referentes à escola, homenagem nas datas comemorativas e visita na residência dos alunos.

Que os alunos se conscientizem e se comprometam em preservar o meio ambiente desenvolvendo atividades práticas relacionadas ao tema como: observações do meio ambiente, passeios, reflorestamento das margens dos rios, organização do jardim e da horta escolar, coleta, separação e reciclagem do lixo; Dialogar, refletir e analisar os problemas sociais, econômico e políticos, para melhor compreensão dos seus direitos e deveres na formação da cidadania; (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2010, p.19-22).

Além disso, no referido documento consta à visão da comunidade a cerca da escola e a visão dos educadores frente à comunidade, sendo que de acordo com Vasconcellos (2009) é de fundamental importância em todo o processo de planejamento o entendimento da realidade encontrada, não só no momento presente, como também do processo histórico e social que determinou as condições existentes que precisam ser transformadas. Esta análise deve revelar limites e possibilidades, além de equacionar problemas, verificar necessidades e identificar contradições. Para tanto, a análise realizada deve abranger múltiplas dimensões tais como: pedagógica, psicológica, social, econômica, política, cultural, histórica e outras, a fim de se compreender a totalidade.

Percebe-se, conforme análise do PPP da Escola que existe uma grande preocupação dos gestores com a realidade em que a Escola está inserida, bem como com o estudo sobre Educação do Campo:

Deve ser esclarecido para os educandos que a cultura rural nasce também do sofrimento e das precárias condições de vida do homem do campo. O remendo nas roupas era uma forma de economizar a compra de outros, a comida típica era tudo o que eles colhiam, como o milho, o arroz, o feijão, o amendoim... Seria interessante ressaltar com as crianças que no meio rural vive-se em comunidade onde um ajuda o outro, e que isso faz parte de sua cultura. As danças, a comida, os trajes típicos fazem parte da vida dele. O que é bem diferente do homem da cidade que vive em sociedade, onde cada um é por si, há presença de valores no meio rural e ausência desses mesmos valores no meio urbano. As crianças rurais são obrigadas a incorporarem a cultura urbana em seu meio, enquanto as crianças urbanas desconhecem o modo de vida do meio rural, a não ser de uma forma vulgarizada em festas, danças, piadinhas. Há uma grande diferença no modo de vida das duas populações mas, mesmo as pessoas que estão atentas a essa diferença, pouco questionam sobre os conteúdos aplicados em sala de aula, como se o conhecimento dos alunos não tivesse nenhum valor social. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2010, p.26).

Além da constatação de evidências no documento sobre a realidade dos educandos analisarei os dados referentes aos mecanismos utilizados pela equipe escolar para buscar o envolvimento da comunidade escolar na reconstrução do Projeto Político Pedagógico, na tomada de decisões, buscando analisar se esse processo se constituiu em um instrumento de Gestão Democrática, isso através dos questionários respondidos pela comunidade escolar.

3.2 Opinião da Equipe Gestora, Professores e da Comunidade Escolar

Sabe-se que a reconstrução do PPP é um grande desafio posta as escolas, especialmente em se tratando no caso em estudo de uma escola do campo, em que a definição de metas e ações devem estar voltadas para a necessidades do homem do campo, contemplando suas especificidades e diversidade, valorizado o meio rural e buscando a melhoria da qualidade de vida de seus membros já que a educação de qualidade ocorre da união escola e comunidade, pois o campo tem sua cultura própria.

Segundo Vasconcellos (2009, p.106):

O planejamento deve partir da realidade concreta tanto dos sujeitos, quanto do objeto de conhecimento e do contexto em que se dá a ação pedagógica. O primeiro passo, portanto do educador [...] deverá ser no sentido de conhecer a realidade com a qual vai trabalhar (alunos, escola, comunidade), além, é claro, do imprescindível autoconhecimento, do conhecimento do objeto de estudo, e da realidade mais ampla que todo educador deve ter.

De acordo com os dados divulgados pela Revista Escola Pública (2011), descreve que a educação brasileira ainda não chegou ao campo como deveria. Enquanto a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais no país era de 9,7% em 2009, na área rural, o índice atingia 22,8% dos habitantes. A desigualdade também se manifesta entre regiões do país e dentro delas, entre o campo e cidade. O Rio Grande do Sul apresenta 4,9% de analfabetismo da população de 15 anos ou mais em 2009 na área urbana e 15,3% na rural. Os dados são preocupantes, principalmente se considerarmos que vivem no campo 30,8 milhões de pessoas, o que corresponde a 16% da população brasileira, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009.

De acordo com esses dados às desigualdades também aparecem no nível de escolaridade e acesso ao ensino. Em 2007, 70% da população urbana de 25 a 34 anos tinha concluído ao menos o ensino fundamental, já na área rural esse percentual era de apenas 31,5%. As diferenças se refletem também nas matrículas. No campo, em 2009, 64,2% das matrículas se concentravam nos anos iniciais do ensino fundamental e só 5,3% no ensino (REVISTA ESCOLA PÚBLICA, 2011).

Dessa maneira percebe-se a importância de um projeto político-pedagógico bem estruturado e que leve em consideração a realidade das pessoas que vivem na localidade. Assim a reformulação do documento da Escola em estudo descreve que

os jovens da localidade não demonstram interesse em dar continuidade aos estudos, o que evidencia a pouca valorização que dispensam à educação (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2010).

O projeto político-pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições financeiras da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma sob o olhar atento do poder público (FREITAS et al., 2004, p. 69).

Assim, fica claro que o PPP quando bem construído e administrado, pode ajudar de forma significativa e decisiva a escola a alcançar suas metas e objetivos.

No ano letivo de 2010 aconteceu reconstrução do PPP nas escolas de rede de ensino municipal de Novo Barreiro (RS). Cada escola teve autonomia para reconstruí-lo. Primeiramente, aconteceram momentos de discussão do que é realmente o PPP, pois alguns professores não tinham a devida clareza sobre seu significado e importância. Assim, Demo (2005) defende a elaboração do PPP por parte de cada professor antes de se partir para a discussão do documento da própria escola.

Antes de chegar ao texto coletivo, cada professor precisa saber exarar sua proposta própria, com a melhor qualidade formal possível. Se cada professor dispuser de seu texto próprio, a discussão coletiva ganha outro rumo, porque significar o somatório das habilidades conjuntas, resultando em projeto que represente não só o envolvimento político da escola, mas igualmente sua competência profissional (DEMO, 2005, p.34).

A Secretaria Municipal de Educação proporcionou Formação Continuada para todo o quadro de professores do município com assessoria da Universidade Leonardo da Vinci, para que os docentes iniciassem o processo de reconstrução de seus documentos tendo a real clareza de seu significado e importância.

De acordo com a Secretária Municipal de Educação, a reconstrução dos PPPs das escolas municipais de Novo Barreiro possibilitarão retirar esses importantes documentos das gavetas, fazendo com que ganhem vida dentro das escolas e a real importância que a eles competem.

Após cada Escola partiu para análise e reflexão de sua realidade, proporcionando momento crítico nas escolas com docentes, pois a comunidade escolar evidenciou necessidade de mudança no documento, após analisou-se o porque deveria ocorrer essas modificações, bem como analisaram de que forma

ocorreria essa reconstrução e quais os mecanismos que seriam usados para promover a participação de todos os atores que são parte integrante da escola.

A Escola pesquisada passou a analisar seu PPP, pois o conhecendo e sabendo de sua importância ele não será um documento engavetado e sem importância. Nesse momento todos os Professores procuraram refletir se as metas e ações contidas no PPP foram desenvolvidas e alcançadas. Quanto à participação da Comunidade, tão necessária e importante, a Escola, de acordo com sua realidade, elaborou um questionário que foi respondido pelos pais (ANEXO 1), e um questionário respondido pelo grupo de professores (ANEXO 2) que colocou a visão da comunidade na qual a Escola está inserida, pois a equipe diretiva e professores deve conhecer a comunidade, caso contrário tende a incorporar uma educação urbanizada, que não terá sucesso. Esse momento foi essencial para a construção da gestão democrática e tomada de decisões no coletivo, pois necessitamos de participação para melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Para a reconstrução do PPP a Escola usou momentos de discussão, diálogo, pesquisa, enfim estudos que se realizaram quinzenalmente à noite, tendo como nome encontro de Discussões Coletivas², destacando-se assim a necessidade de planejamento e formação continuada.

Ser professor no atual contexto é viver intensamente o seu tempo com consciência crítica e sensibilidade solidária; é aceitar o desafio da formação continuada e da pesquisa. A escola deve tornar-se um espaço de formação para a pesquisa, um lugar de aprendizagem permanente, onde o ambiente pedagógico tem que ser lugar de ternura, prazer e reinvenção personalizada do saber através da pesquisa participativa. O ensinar é inseparável do desejo de continuar aprendendo ao longo da vida. Nesse sentido, os professores devem ser exemplos vivos da pesquisa e da formação continuada, pois só assim é possível oferecer aos estudantes o que há de melhor no plano teórico, um conhecimento atualizado, inovador, com eficácia política. Ser professor é gostar de estudar; é dar sentido ao seu fazer; é manter-se curioso, inquieto. A formação continuada deve ser concebida como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica e não como mera aprendizagem de novas tecnologias, atualização em novas receitas pedagógicas ou aprendizagem das últimas invenções tecnológicas (TROMBETTA, 2008, p.14).

Sabe-se que no ato de planejar deve estar presente o PPP que proporciona coerência entre ação e a visão de educação e de escola. O ato de planejar na

² O termo Encontro de Discussões Coletivas se refere a um espaço importantíssimo para a discussão da prática docente, planejamento, pesquisa, reflexão, aprendizagem, diálogo e troca de conhecimentos, pois assim ocorre a real prática educativa, fundamentada em discussões coletivas. Os aspectos a serem discutidos se referem a aspectos que o coletivo da escola julgar oportuno, nesse caso o estudo da reconstrução do PPP da Escola.

escola precisa ser entendido como uma maneira de situar-se num horizonte de possibilidades, de projeto de futuro, de formação do ser humano que se quer. Dissociar a tarefa pedagógica do aspecto político é difícil, visto que o “educador é político enquanto educador, e o político é educador pelo próprio fato de ser político” (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 2000, p.25-26).

O processo de construção do PPP da escola deve ser pautado pela ação-reflexão-ação, levando em consideração as três dimensões do processo de planejamento: a realidade (a sociedade e a escola que temos), a finalidade (a sociedade e a escola que queremos), e a mediação (como aproximar a sociedade/escola que temos da sociedade/escola que queremos). Muitas vezes que percebemos em algumas escolas é a elaboração de um projeto voltado mais para o cumprimento de uma exigência legal do que para a definição de caminhos (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 2000).

De acordo com dados do Programa Escola Ativa (2008) o planejamento está na base do currículo escolar, meio para se programar as ações, mas é também um momento de pesquisa e de reflexão intimamente ligado à avaliação. Para poder planejar adequadamente a tarefa de ensino e para atender as necessidades do educador é preciso saber com quem se irá trabalhar. Essa é a primeira etapa de planejamento. É preciso conhecer a comunidade, seus problemas mais candentes, como ela se organiza, o que faz para superar suas dificuldades, quais seus momentos coletivos, de festividade e confraternização. É preciso conhecer os educandos com quem se irá trabalhar, o ambiente social e familiar em que vivem, e conhecê-la também em suas particularidades e singularidades. Para isso, torna-se necessário levantar e estudar cuidadosamente os elementos dessa realidade. Para que o planejamento possa ser coletivo é preciso que a comunidade e escola possam dialogar e refletir juntas para traçar as ações a serem desenvolvidas. O planejamento incluir a comunidade, ouvir suas demandas, envolvê-la no projeto escolar. Para isso, a escola deverá promover encontros coletivos para pensar qual é o seu papel na comunidade. A partir desses encontros, a escola terá em mãos as demandas sociais da comunidade e estabelecerá compromissos para que a comunidade acompanhe as atividades e o processo de ensino aprendizagem.

A escola deve contemplar as necessidades dos estudantes e as características da comunidade em que eles vivem, com esses parâmetros, é possível construir, sim, um projeto político-pedagógico, para cada unidade de ensino, mas que não fique circunscrito a ela. Ele deve se refletir nos

planos de educação do município e da nação, já que nasceu da cultura atual, viva, produzida no seio da escola e de seus arredores, alienando-se politicamente à formação e de uma nação democrática e republicana. Dessa forma, a escola nunca será uma oficina de formar agentes para o mercado flutuante de trabalho, mas uma instituição de onde daí cidadãos que se habilitam a trabalhar e a participar da cultura e dos destinos da comunidade e do país.

Quando se abre para a participação da comunidade escolar, seja através das eleições para diretores ou de conselhos escolares, a primeira questão que se coloca é a da descentralização do poder. No momento em que todos participam, constituindo-se em um processo democrático, não há espaço para relações hierárquicas, como se constituíam na concepção de administração escolar (PROGRAMA ESCOLA ATIVA, 2008, p.23).

A fim de analisar o processo de participação da comunidade escolar na reconstrução do PPP da Escola, realizaram-se entrevistas com duas Diretoras que participaram em momentos distintos da reconstrução do PPP, uma Coordenadora Pedagógica, 5 Professores, 4 Famílias entre elas a Família do Presidente do Conselho Escolar³.

Quando questionada sobre a definição da gestão escolar a Diretora 1 coloca que o objetivo da gestão escolar é promover a organização, a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos dos estabelecimentos de ensino, tendo como promoção a efetiva aprendizagem pelos alunos. A Coordenadora Pedagógica define gestão escolar como o processo em que haja a participação de todos, em que todas as pessoas envolvidas possam ser agentes das ações e reflexões, das tomadas de decisões, para assim garantir o avanço do processo educativo e a promoção da aprendizagem.

Percebe-se que a gestão escolar como um processo de tomada de decisões no coletivo, organização, esta prevê o cumprimento de metas e objetivos em prol da qualidade em educação. Dentro do processo de gestão escolar, existem os gestores que são os atores do processo educativo.

Libâneo; Oliveira e Toschi (2006, p.318) definem gestão como “a atividade pela qual são mobilizados meios para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos”. Ainda,

A gestão refere-se a todas as atividades de coordenação e de acompanhamento do trabalho das pessoas, envolvendo o cumprimento das atribuições de cada membro da equipe, a realização do trabalho em equipe,

³ As entrevistas se realizaram com duas diretoras, pois a Diretora 1 foi substituída pela Diretora 2 devido licença maternidade por 4 meses, isso no início da reconstrução do PPP. Quando se utiliza a expressão Família faz-se referência ao casal (pais de alunos e aos próprios alunos).

a manutenção do clima de trabalho, a avaliação de desempenho (Ibid., p.349).

A gestão escolar na perspectiva democrática só é realmente efetiva quando há envolvimento, participação e comprometimento de todos, partilhando e descentralizando poderes, tomando decisões e assumindo responsabilidades de modo conjunto, ora construindo propostas coletivas, ora refletindo, ora avaliando os resultados das ações. É a descentralização que atribui à escola maior poder de decisão e autonomia.

Quanto à reflexão proposta do que é ser gestor, a Diretora 1 coloca que é ser um pensante dos fundamentos da educação, quebrar novos paradigmas em relação a temas geradores, projetos e principalmente ser um articulador da construção do conhecimento e habilidades, bem como a participação envolvente, onde a função do líderes da escola é promover um ambiente de reflexão de resolução de problemas surgidos. E o mais importante é despertar e proporcionar situações de aprendizagem aos alunos e escola.

A Diretora 2 coloca que o gestor é um líder da comunidade escolar, pensando no processo de todos que fazem parte de sua equipe, assim deve ter consciência que sua equipe não se limita a alunos, professores e funcionários, não se pode esquecer que a equipe é composta também pelos pais dos alunos e por toda a comunidade de forma geral, que deve ser mobilizada para que juntos possamos alcançar o principal objetivo de toda a equipe escolar: a aprendizagem dos alunos. Um gestor líder é capaz de desenvolver, transformar e realizar com sucesso todos os projetos desenvolvidos pela instituição de ensino.

Para a Coordenadora Pedagógica ser gestor é proporcionar situações onde as pessoas envolvidas possam ser sujeitos de reflexão, ações, decisões, construções, ou seja, possam de fato participar.

Conforme relatam as Diretoras e Coordenadora Pedagógica a reconstrução do PPP aconteceu devido ao documento não coincidir com a realidade da comunidade e a idéia dos Professores e da comunidade escolar, onde segundo a Coordenadora Pedagógica, o PPP era igual aos das demais Escolas do município, ou seja, não tinha a “cara” da Escola e da Comunidade.

Segundo as Diretoras e a Coordenadora Pedagógica todas as etapas foram decididas pela equipe de Docentes da Escola, Direção e Coordenação Pedagógica onde nas reuniões de Discussões Coletivas quinzenais durante o ano letivo,

realizaram-se estudos de diversos textos, pois se tinha a convicção de que se precisava de mais conhecimentos embasamento teórico. As etapas, ou seja, a organização do documento, não difere do que é exigido, porém, como relata a Coordenadora Pedagógica, “a ‘leitura’ da realidade é que procuramos fazer de uma forma mais esmiuçada”. Esta etapa foi dividida em visão dos educadores e visão da comunidade. Tanto os Professores quanto as Famílias responderam a um questionário mais individualizado (no caso dos Professores) após aconteceu à análise das respostas no grande grupo para montar o texto final. A cada momento o grupo revisava o que havia feito e melhorava o que era necessário.

Quanto à participação da comunidade escolar na reconstrução do PPP as Diretoras e Coordenadora colocaram que esses participaram através de reunião de pais, onde foi realizado um trabalho focado na importância do documento para toda a comunidade escolar. A Escola procurou deixar bem claro a participação como peça fundamental desse processo de reconstrução na construção de metas, ações, normas e rumos da escola, elementos que consideram essenciais estar inseridos no PPP e através de depoimentos por escrito (entrevistas), em que o retorno do questionário foi de quase 100%. As questões eram referentes às políticas sociais, econômicas e culturais, trabalhando sempre com base na realidade da comunidade escolar.

Os Professores 1 e 2 quando questionados sobre a participação da Comunidade Escolar na reconstrução do PPP colocam que esses realmente participaram, através de questionários enviados para casa. O Professor 3 coloca que aconteceu sim a participação da comunidade escolar, através de reuniões e entrevista.

De acordo com a Coordenadora Pedagógica seria de fundamental importância a cada nova etapa de evolução, reunir a comunidade escolar para discussão e avaliação, mas como sabiam que não conseguiriam levar os Pais para a Escola a todo o momento, assim optaram por mandar os questionários, responsabilizando os alunos por realizar a pesquisa e redigir a escrita.

Quando questionadas sobre a importância dos pais na reconstrução do PPP a Diretora 1 e Coordenadora Pedagógica colocam que esses são de fundamental importância, pois mostram a realidade em que a escola está inserida em função de que o grupo docente não reside na localidade e apesar de estarem atentos, não conseguem ver a totalidade. Além disso, considera os pais como o ponto de partida

para a aprendizagem dos filhos. “Os pais conseguem fazer a diferença e a opinião dos mesmos na reconstrução do documento isso só vem a somar”.

A Diretora 2 diz que a participação dos pais é de suma importância para conhecer e refletir como as escolas estão organizadas e ao mesmo tempo mantém relação direta com a transformação da escola e do trabalho docente, a participação dos pais é um prolongamento do lar, onde o aluno se realiza com os outros e partilha o seu dia-a-dia. A colaboração dos pais com os professores ajuda a resolver muitos problemas escolares dos educadores com os educandos ao longo do percurso escolar. Nem sempre os pais precisam receber informações de seu filho e, sim dar sugestões e tomar junto com o corpo docente da escola algumas decisões. O envolvimento dos pais no contexto escolar contribuirá significativamente para uma educação de sucesso.

O Professor 1 comenta que a importância dos pais na construção do PPP é devido a necessidade destes estarem por dentro de tudo o que acontece na escola.

O Professor 2 analisa que os pais são componentes fundamentais da comunidade escolar, sem sua opinião ficará faltando a visão de realidade e a escola corre o risco de elaborar um PPP completamente desconectado do contexto local, já que a visão dos professores e pais é diferente.

O Professor 3 coloca que a participação dos pais na reconstrução do PPP foi indispensável e será indispensável nos próximos anos, pois é nesses momentos que os pais dizem o que esperam da escola e a escola pode dizer o que espera dos pais.

O Professor 4 coloca que a participação dos pais foi de suma importância, pois eles puderam dar sua opinião, ajudar e elaborar, sentido-se úteis e valorizados pela escola, tendo assim, o envolvimento de todos.

O Professor 5 explica importância da participação e envolvimento dos pais para que os mesmos sintam-se envolvidos e participantes do processo.

O Supervisor de Educação da Secretaria Municipal de Educação explica que a comunidade escolar (pais, alunos e professores) se sentem valorizados em ajudar na reconstrução de um documento que ajuda a gerir a escola. O PPP é um instrumento de gestão democrática, pois traz em seu conteúdo idéias de todos os segmentos que compõe a comunidade escolar.

O processo de gestão democrática é visto pelas Diretoras e Coordenadora como uma situação onde há participação em todos os momentos de planejamentos

da escola, consideram a reconstrução do PPP da escola um processo democrático, pois possibilitou a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

O Professor 1 analisa que a gestão democrática é onde todos podem expressar suas idéias e que a reconstrução do documento da escola pode ser considerada um processo de gestão democrática já que toda a comunidade escolar foi ouvida.

O Professor 2 coloca que a democracia pressupõe possibilidade de participação de todos, assim a reconstrução do PPP da escola pode ser considerado um instrumento de gestão democrática.

O Professor 3 coloca que a reconstrução do PPP de sua escola pode e deve ser considerado um ato de democracia porque todos contribuíram na sua reconstrução, ou seja, todos os segmentos da comunidade escolar opinaram.

O Professor 4 explica que a gestão democrática é algo muito importante para a reconstrução do PPP, pois permitirá que se estabeleça uma relação profissional, dinâmica, assim como decisões e ações comprometidas e coletivas, esse espaço coletivo e democrático fortalece ainda mais o papel social e político da escola e o comprometimento com uma educação de qualidade. O processo de reconstrução do PPP é considerado um momento democrático na escola, pois esse documento é proveniente do trabalho coletivo. Sem a presença de autoritarismo pressupõe o fim da hierarquia de poder, pois toda a comunidade participa de sua elaboração e também são levados em consideração os anseios, desejos e necessidades de todos os envolvidos em sua elaboração.

O Professor 5 analisa a gestão democrática como aquela que tem a participação de todos os integrantes da escola que não agem apenas como fiscalizadores ou receptores de serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo PPP da escola. O documento elaborado de forma democrática torna-se uma necessidade, um direito e principalmente um dever a ser cumprido.

As referidas colocações citadas acima deixam em evidência a necessária participação de todos (pais, professores, alunos, equipe diretiva, funcionários) na reconstrução do PPP, sendo este momento um espaço de participação, diálogo e articulação para a decisão de ações a serem tomadas para a melhoria da atual situação a qual a escola se encontra.

De acordo com Veiga (2008, p.30):

a construção do Projeto Político-Pedagógico é um ato deliberativo dos sujeitos envolvidos com o processo educativo da escola. Entendemos que ele é o resultado de um processo complexo de debate cuja concepção demanda não só tempo, mas também estudo, reflexão e aprendizagem de trabalho coletivo.

Ao responderem a questão que se refere à consideração sobre a importância da formação continuada, estudos, pesquisas e discussões para a reconstrução do PPP, as Diretoras e Coordenadora colocaram que sem o embasamento teórico que lhes foi fornecido nos encontros de formação continuada pela Secretaria Municipal de Educação com assessoramento de Universidade Leonardo da Vinci contratada para esse fim, e sem os encontros de Discussões Coletivas quinzenais realizadas fora do horário de aula seria muito mais difícil sua reconstrução. Além disso, o documento não teria a clareza e o sucesso que obteve. Também consideram a formação continuada constante como de fundamental importância, não só para a reformulação do PPP, como para o dia-a-dia, para a prática docente, pois os docentes necessitam estar em constante estudo, preparação, desacomodação e atualização.

Quanto à resposta dos Professores sobre a importância da formação continuada, estudos e pesquisas na reconstrução do PPP da escola todos colocaram que foi muito importante. Segundo o Professor 1 todos puderam opinar e dizer o que pensam; o Professor 2 coloca não é possível produzir um bom PPP sem conhecer bem o assunto; o Professor 3 diz que não há dúvidas que os estudos e debates em grupo são importantes, “pois é através deles que aprofundamos nossos conhecimentos e os modificamos conforme as necessidades do dia-a-dia”; o Professor 5 analisa que o PPP não é responsabilidade da direção e coordenação pedagógica, ao contrário este foi construído com a participação de todos os integrantes do grupo escolar. As reuniões foram válidas, pois através delas que os professores puderam expor suas idéias, anseios, contribuindo assim para o bom funcionamento da escola.

Dentro desse contexto em que se evidencia a necessidade por parte dos docentes de estudos, planejamentos, discussões coletivas e pesquisas, é de fundamental importância entender a formação continuada como um repensar contínuo e não como um processo concluído, deve ser considerado um espaço

educativo privilegiado com propósitos/proposta e objetivos definidos coletivamente que sejam significativos aos interesses e necessidades educacionais.

É de suma importância a busca de espaços e oportunidades em prol da formação continuada aos educadores, visto que, muitas vezes, a teoria que vivenciam ou vivenciaram em seus cursos de magistério e/ou de graduação estão longe de contemplar os obstáculos da prática atual.

A avaliação do trabalho conclusivo de reconstrução do PPP foi avaliada pelas Diretoras e Coordenadora como um processo prazeroso. Consideram importante saber que um documento tão importante como o PPP teve o empenho e comprometimento das pessoas envolvidas. Houve avanço durante a reconstrução do PPP frente à participação dos pais que responderam os questionamentos com seriedade, além disso, houve a participação por parte do corpo docente que se comprometeu com os estudos, escritas e socializações, porém acreditam que este poderia ter sido muito melhor. Consideram cada tentativa como um processo de melhoria, pois quando o grupo é comprometido tudo é possível de ser melhorado.

Na reconstrução do PPP evidencia-se a necessidade deste documento ser executado com o compromisso de todos os atores sociais que compõe a escola, assim direção, coordenação pedagógica e professores tem um compromisso maior em suas mãos, devem exercer com competência e comprometimento em conjunto com a comunidade escolar as metas, ações e objetivos elaborados e contidos no PPP, visando à qualidade em educação.

Segundo Bussmann (1997, p.38):

O Projeto Político Pedagógico delinea de forma coletiva a competência principal esperada do educador de sua atuação na escola. Ao delinear essa competência, o projeto político pedagógico consolida a escola como um lugar central da educação básica, numa visão descentralizada do sistema. Ao ser discutido, elaborado e assumido coletivamente, oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo e, assim, sinaliza o processo educativo como construção dos professores envolvidos. E ainda, ao se constituir como processo, indica e reforça a função precípua da direção da escola e da equipe diretiva ou coordenadora de cuidar da "política educativa", do alcance e da globalidade do processo educativo na escola e de liderá-lo, administrando a construção dos objetivos.

Ao responderem a questão referente ao trabalho conclusivo da escola, seus resultados o Professor 1 coloca que avalia o trabalho conclusivo de reconstrução do PPP como bom, pois todos puderam participar e opinar; o Professor 2 coloca que foi de grande valia pois foi construído de maneira diferente e melhor; o Professor 3

coloca que o PPP ficou a “cara” da Escola, um trabalho construído com muito estudo, discussões e democracia; o Professor 5 avalia que no final da reconstrução do PPP foram sistematizados sonhos e projetos, no entanto, no decorrer de sua atuação percebe-se que é inacabado e está em constante reconstrução, reorganização e avaliação.

O Professor 1 quando questionado sobre a importância do PPP para o processo educativo, coloca que o documento é que define os rumos da escola, assim se constitui no principal documento da escola.

O Professor 2 coloca que o PPP é quem aponta para onde a escola deve seguir, é seu norte.

De acordo com o Professor 3 o PPP é um documento importantíssimo pois através dele podemos conhecer a realidade escolar em que estamos inseridos.

Para o Professor 4, o PPP é considerado um instrumento, isto é, um documento da escola que deve estar comprometido com ações sociais e políticas que envolvam a comunidade escolar como um todo, buscando a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Ele torna-se de suma importância dentro do contexto da escola, pois nele estão contidos normas e princípios que deve reger a escola e todas as pessoas envolvidas na construção da aprendizagem. Também, é uma ferramenta que auxilia a escola a definir prioridades e estratégias. O PPP busca olhar a escola como um todo, um bom PPP dá muita segurança para o desenvolvimento de um bom trabalho.

O Professor 5 coloca que considera o PPP muito importante, pois é através dele que a escola define estratégias, ações, visando atingir os objetivos que se propõe, sendo um norteador da vida escolar.

No que se refere ao questionamento sobre a participação individual de cada professor na reconstrução do PPP, o Professor 1 coloca que sua participação foi ativa e participativa, pois o documento foi reconstruído e reformulado em conjunto com todo o grupo escolar.

O Professor 2 coloca que sua participação foi boa, pois conseguiu participar de todas as etapas de reconstrução, não recebendo nada pronto somente para aprovação.

O Professor 3 observa que sua participação foi comprometida, pois a maioria das reuniões de estudo foram a noite e esta estudava.

O Professor 4 coloca que sua participação foi válida, pois em conjunto com os demais membros da comunidade escolar se pode analisar e debater como deveria ser elaborado esse documento, já que se constitui em um instrumento de intervenção e mudança da realidade. Sua construção deverá permitir o encontro, a reflexão, a ação sobre a realidade numa práxis libertadora em que todos possam participar ativamente desta elaboração.

O Professor 5 relata que a participação dos professores no processo de reconstrução do PPP foi de grande valia, pois são os professores que estão em contato direto com os alunos e através deles com a comunidade escolar. Desta forma, a participação dos professores foi uma oportunidade para que os docentes explanassem seus anseios colocando aquilo que almeja para a educação.

Quando questionada sobre o que considerava importante conter no PPP a Professora 1 coloca que o documento deve conter tudo a respeito da escola, pois é um norte.

O Professor 2 coloca que é de fundamental importância conter no PPP a caracterização da comunidade escolar, os objetivos da escola para o tempo de duração do documento, um estudo sobre o assunto através de revisão bibliográfica .

O Professor 3 observa que no PPP não pode faltar a descrição do perfil da comunidade escolar, também as idéias que os professores defendem, a metodologia de trabalho, bem como os objetivos que se deseja alcançar.

Os Professores 4 e 5 colocam que consideram importante conter no documento a realidade dos educandos inseridos na escola, pois de nada adianta a construção de um PPP desvinculado da realidade da comunidade onde está inserida.

No questionário respondido pela Comunidade Escolar a primeira questão se refere ao significado de participação, onde a Família 1 respondeu que participar significa ajudar, comprometer-se a ajudar os outros e ter boa vontade; a Família 2 coloca que participar é estar por dentro dos assuntos; a Família 3 analisa que a participação é ficar por dentro das realizações que ocorrem na escola, ajudando nas tarefas e assuntos pendentes na escola; a Família 4 explica que participar é ajudar a comunidade.

Segundo Luck (2009) a participação constitui uma forma significativa de, ao promover, maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles. Portanto, a participação está centrada na busca de formas mais

democráticas de promover a gestão de uma unidade social. As oportunidades de participação se justificam e se explicam, em decorrência, como uma íntima interação entre direitos e deveres, marcados pela responsabilidade social, valores compartilhados e o esforço conjunto para a realização de objetivos educacionais.

Quando questionados sobre como se dá a participação na escola a Família 1 diz que essa se dá através da ajuda, participação nas reuniões e nas decisões em conjunto com o Conselho Escolar; a Família 2 analisa que a participação acontece na colaboração em todas as atividades da escola; a Família 3 coloca que sua participação não é tão freqüente pois moram em outra comunidade, mas quando possível participam das atividades; a Família 4 diz que a participação da família na escola é boa.

A questão que se refere ao entendimento da família quanto ao PPP, a Família 1 coloca que é o que vamos fazer, como fazer, planejar, ter uma direção de trabalho, é onde estão os direitos e funções de cada pessoa (alunos, funcionários, professores e pais), busca uma direção no processo educativo da escola; a Família 2 diz que o PPP é um projeto importante onde há opinião pública; a Família 3 coloca que é onde podemos escolher o melhor para a escola, professores e alunos; a Família 4 diz que o PPP é importante.

Sobre a participação na reconstrução do PPP todos colocaram que participaram respondendo o questionário e participando das reuniões.

Na questão que se refere à participação como geradora de um maior entrosamento entre família e escola, buscando a melhoria na aprendizagem dos alunos e qualidade em educação, a Família 1 diz que acredita na participação como melhoria, pois todos na escola caminham na mesma direção e objetivo, traçando metas para a escola que é um espaço público onde ocorre o diálogo, debate, democracia e reflexão coletiva, as demais famílias colocaram que a participação é fundamental para o andamento da escola.

Sobre o processo de tomada de decisões na escola todas as famílias colocaram que elas ocorrem através de reuniões por parte da escola ou conselho escolar, onde todos dão sua opinião e chegam a um consenso.

Análise que se faz necessário que a comunidade escolar esteja consciente da necessidade e importância desse processo. Ao organizar encontros entre seus setores e a comunidade em geral, se está proporcionando a reflexão sobre a atual situação da realidade escolar. E, ao mesmo tempo, o conhecimento das práticas

pedagógicas e as conseqüências sociais destas práticas, aprofundando assim, a compreensão crítica da organização social vigente e da organização social que se pretende construir (WILL, 2002, p.194).

Percebe-se durante análise do PPP da Escola que a equipe escolar teve a preocupação em analisar a realidade em que a instituição está inserida, isso é a realidade do campo, buscando em conjunto com a comunidade realizar a contextualização das idéias e visões que as famílias possuem a cerca da própria comunidade e município em seus aspectos sociais, políticos e econômicos, o que resultou na visão da comunidade.

A comunidade que percebe a escola como um lugar onde se formam e se ensinam bons cidadãos, onde se prepara os alunos para o futuro, se ensina sobre o mundo, dizem ser essencial para o desenvolvimento das pessoas, pois é nela que se preparam os futuros líderes, sendo importante o diálogo e o desenvolvimento da responsabilidade (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2010).

Analisando o questionário respondido pelas Famílias se percebe que os mesmos foram bastante objetivos nas respostas, mas se observa que valorizam a escola e reconhecem a importância da participação da escola na comunidade e da escola para educação de seus filhos, além de se sentirem valorizados por participarem desse processo.

De acordo com o PPP, a visão dos professores sobre a comunidade escolar é:

Os integrantes da comunidade [...] não tem acesso a muitas fontes de informação, o que acarreta em dificuldade de posicionamento frente a diferentes questões sociais, ambientais, políticas, educacionais e econômicas. A comunidade onde a escola está inserida possui grande divisão entre as famílias, porém quando os pais são convocados para o bem comum, como trabalhar pela escola percebe-se a união e a participação de todos (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2010, p.9).

Uma das metas contidas no documento reconstruído é a integração entre a família e escola, assim a escola busca o apoio da comunidade através de reuniões e palestras, visando à participação da família no andamento dos projetos que são desenvolvidos na escola, dialogando, refletindo e analisando os problemas sociais, econômicos e políticos, para que compreendem seus direitos e exerçam seus deveres.

A participação da comunidade, especialmente dos pais, é considerada pelos educadores como algo necessário, por representar as relações democráticas da

escola, e principalmente porque os educadores querem a escola como parceira para manutenção da disciplina e acompanhamento do processo ensino-aprendizagem.

Percebe-se que a escola não incluiu a participação das funcionárias na reconstrução do documento, pois não as consideravam integradas nos aspectos pedagógicos discutidos pelos educadores, somente uma funcionária mãe de aluno obteve participação e envolvimento nas reuniões e questionário.

A educação tem um grande papel a desempenhar na busca de uma sociedade mais justa, igualitária, humana e desprovida de preconceitos, assim a participação da comunidade escolar é elemento chave para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e qualidade em educação.

Na gestão democrática a comunidade escolar torna-se gestora e não somente recebedora de informações que chegam prontas para ser aprovado, sem diálogo e reflexão, o objetivo é que as ações sejam tomadas no coletivo, a fim de atender as demandas da escola e que sejam em prol do bem comum.

De acordo com Baierle (2008), a participação é a forma de ficarmos diretamente verificando como as coisas estão sendo feitas e termos o poder de decisão.

Dessa forma aconteceu a reconstrução do PPP de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da Zona Rural de Novo Barreiro (RS), através de divergências de opiniões, planejamento, estudo, pesquisa, embasamento teórico e acima de tudo com a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, através da descentralização do poder, onde as famílias foram chamadas para a escola para definir as metas e ações, colocando o que realmente pensam da sociedade como um todo.

Segundo Gurgel (2008) um processo democrático traz situações de divergência para dentro da escola: os atores têm diferentes compreensões sobre o que é de interesse coletivo. Por isso, é preciso estabelecer um ambiente de respeito para dialogar e chegar a pontos de acordo com a comunidade.

3.3 Síntese das ações

Com base nas respostas dos professores entrevistados, constatou-se que o PPP implica de maneira significativa na organização do trabalho pedagógico e sua

reflexão acerca do cotidiano da escola por ser um processo de construção coletiva, permitindo assim, que se amplie o encontro entre todos os envolvidos com a escola e as mudanças que são necessárias em todo o meio que o cerca.

No caso da gestão dos sistemas de ensino, sejam estaduais, sejam municipais, corresponde à transferência dessa competência para a escola, de modo que construa sua autonomia, e a promover “o alargamento da responsabilidade por parte da escola, a participação da comunidade escolar no funcionamento da escola e a existência inequívoca de uma liderança pedagógica exercida em grupo. No caso da gestão da escola, corresponde a dar vez e voz e envolver na construção e implementação do seu projeto político pedagógico a comunidade escolar como um todo: professores, funcionários, alunos, pais e até mesmo a comunidade externa da escola, mediante uma estratégia aberta de diálogo e construção do entendimento de responsabilidade coletiva pela educação (LÜCK, 2006, p.81).

De acordo com Azevedo (2002) o processo de construção e implementação do Projeto Político Pedagógico, como instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola, manifestadas nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos.

Os atores chamados a decidir não o fazem apenas racionalmente, mas também através de suas visões de mundo e de suas motivações. Nesse sentido, qualquer medida de gestão, o que inclui as tentativas de construção coletiva do PPP, não pode apenas levar em conta, ingenuamente, a existência de uma lógica institucional única e sim procurar detectar os processos que subjazem as tramas do cotidiano escolar. Os conflitos e lutas pelo poder, os meios de resistência, as alianças, os valores, as normas, os modelos de aprendizagem, as atitudes do professor, as relações entre as pessoas, a participação dos pais e dos alunos e o modo como esses atores escolares se comunicam são aspectos que vão influenciar com vigor o tipo de PPP que será elaborado e os rumos que irá seguir no processo de sua implementação (AZEVEDO, 2002, p.68).

De acordo com a Secretária de Educação de Novo Barreiro (RS), a reconstrução do projeto político-pedagógico se constitui em um instrumento de gestão democrática, pois desde a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, todas as escolas necessitam elaborar o PPP que deve ser o planejamento, o rumo que a escola deve seguir. Devemos elaborar um plano que possa vir a ajudar e transformar a realidade do dia-a-dia buscando o melhor, para toda a comunidade escolar envolvida. Toda a elaboração do projeto deve ser pautada em estratégias que dêem voz para todos os envolvidos na comunidade escolar, tenha objetivos claros e precisos.

O gestor deve ter a preocupação de ouvir os demais participantes da comunidade escolar, a fim de obter idéias e sugestões para um melhor desempenho escolar. Atualmente com esse modelo de gestão, ou seja, a gestão participativa e democrática, a escola deseja conquistar o apoio da sociedade, realizando um trabalho competente e organizado tendo como princípio a educação com a participação de todos. Nessa linha, segundo Lück (2009, p.19):

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influencia na determinação da dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afetas.

Percebe-se nesse processo a necessidade de articulação das lideranças da Escola (Direção e Coordenação) no processo de reconstrução do projeto político-pedagógico, uma vez que democratizar a gestão é uma escolha que tem conseqüência na atuação do gestor: ele deixa de ser autoridade única da escola e também não é mais o administrador burocrático, preocupado apenas com a manutenção do prédio, preenchimento de papéis e suprimentos de recursos humanos e materiais. Na proposta participativa, o gestor passa a ser o grande articulador das ações de todos os segmentos, o condutor dos projetos da escola, aquele que prioriza as questões pedagógicas e que mantém o ânimo de todos na construção do trabalho educativo.

Spósito e Bastos (2001, p.56) afirmam que:

A gestão escolar democrática possui um duplo significado: pedagógico, porque pode levar a escola pública a ajudar na construção da cidadania, educando com responsabilidade; político, por buscar o equilíbrio entre decisões de vários segmentos, sem renunciar do princípio da unidade de ação.

Como princípio do projeto político-pedagógico, a gestão democrática entende que todos os envolvidos no trabalho escolar devem não apenas saber como a escola funciona, mas também participar na definição dos seus rumos.

Portanto, a escola não pode centrar o seu trabalho na figura dos gestores, mas abrir-se à participação de todos nas decisões, que visam à definição e ao alcance das finalidades do projeto político-pedagógico. À medida que a relação escola-comunidade local fica mais estreita, aumenta a participação de todos os segmentos nas decisões da escola e a gestão torna-se mais democrática. Essa

gestão democrática é o princípio fundamental na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

De acordo com Veiga (2006, p.13):

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Os vários setores da comunidade escolar, incluindo os que trabalham e os que freqüentam a escola, passam por um momento em que as relações precisam ser repensadas porque se iniciam um novo ambiente de trabalho. A escola que pretende diferenciar-se com uma visão construtiva devem contemplar a realidade social de seus membros. Dessa maneira, poderá construir-se uma escola democrática, onde as decisões são tomadas no coletivo, superando assim os grandes conflitos e eliminando relações competitivas e autoritárias.

Ferreira (2003, p.167) constata que:

[...] a gestão democrática da Educação é hoje um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e à prática educacional brasileira e mundial. É indubitável sua importância como um recurso de participação humana e de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização.

Em uma gestão organizada, essa direção escolar é escolhida a partir do recolhimento da competência e da liderança de alguém capaz de executar o projeto coletivo. A escola, nesse caso, deve primeiro escolher o projeto que irá construir e desenvolver e só depois, a pessoa que poderá executá-lo.

Segundo Veiga (2006, p.28):

Ao falar em projeto político-pedagógico fala-se diretamente na autonomia que a escola busca ao desenvolvê-lo, é nesse sentido que podemos dizer que a capacidade de a instituição assumir responsabilidades torna-a mais competente no seu fazer pedagógico. Em outras palavras, a escola é mais autônoma quando mostra-se capaz .

Diante do exposto, a construção do projeto político-pedagógico da Escola exige ações e é através desta que se configura a gestão educacional através da autonomia e da participação.

Em relação à participação, esta se torna importante nas decisões e é necessário que a gestão democrática aconteça com a valorização do papel social e com qualidade.

Assim, o processo de reconstrução do PPP em estudo pode ser considerado um instrumento de gestão democrática, mas cabe salientar que a democracia é um processo de construção diária, construída por sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, que acompanham, fiscalizam e controlam o andamento da sociedade, que lutam pelo mesmo propósito e ideal, o desenvolvimento social, construído para o bem comum.

Desta forma, observa-se o relato de uma Professora entrevistada:

A essência do PPP é descentralizar as decisões dos sistemas de ensino para as escolas, permitindo ao coletivo da escola maior autonomia e participação, desencadeando assim a responsabilização pelas posturas assumidas e ações desenvolvidas pelo coletivo da escola em prol da educação. Nesse sentido, as relações de poder entre os sujeitos sociais (gestores-professores e professores-alunos) necessitam se constituir na horizontalidade, sem hierarquia, mas sim a partir de princípios democráticos de equidade, autonomia, divisão de poder e participação. Se o PPP for construído a partir destes princípios ele poderá ser um instrumento que possibilitará a organização de uma gestão democrática, caso contrário será mais um documento que estará nas gavetas sem sentido algum [...].

De acordo com Silva (2009), a gestão escolar democrática é a antítese do autoritarismo, implica repensar as estruturas de poder autoritárias que permeiam as relações sociais e, no seio dessas as próprias práticas educativas. Exige uma permanente atitude de escuta e abertura ao diálogo como princípio de ação, sobretudo pela abertura e efetividade de canais de participação popular nesse espaço. A democracia é um permanente campo de (in)definições, em que não somente se constrói um regime de governo, mas múltiplos atores sociais elaboram seus processos de autonomia nessas dinâmicas escolares. Portanto, modos de gestão escolar democráticos são determinantes para que possamos almejar a construção de uma sociedade minimamente democrática.

Ademais, constata-se que o projeto político-pedagógico da Escola é avaliado constantemente pela Direção, Professores em reuniões pedagógicas e administrativas. O mesmo também é avaliado envolvendo a comunidade escolar anualmente. Assim, a escola municipal em estudo elaborou seu projeto político-pedagógico em que consta a intenção do coletivo, na perspectiva de que ele se torne

[...] um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentido de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos (VEIGA, 2003, p. 275).

Lück (2009) complementa colocando que um plano ou projeto educacional, por mais bem delineado que seja não consegue prever todas as condições e situações da dinâmica educacional, não deve ser considerado como uma camisa de força que tolha iniciativas necessárias para fazer face a situações não previstas e emergentes; deve também prever a necessidade de adaptações, a partir do princípio de flexibilidade, daí porque a tomada de decisões do processo de planejamento deve acompanhar também a implementação dos planos delineados, seu monitoramento e avaliação. Essa característica que exprime uma condição de sucesso ao exercício do trabalho escolar, também demanda do diretor um posicionamento claro, porém flexível e compreensivo em relação aos fenômenos e circunstâncias inerentes à dinâmica social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa foi possível obter dados para analisar a participação da comunidade escolar no processo de reconstrução do projeto político-pedagógico de uma Escola de municipal de ensino fundamental da zona rural de Novo Barreiro/RS. As entrevistas realizadas possibilitaram analisar se o processo de reconstrução do referido PPP se constitui em um instrumento de Gestão Democrática.

Na atualidade se evidencia a necessidade de gestores dinâmicos, atualizados e capazes de desenvolver um trabalho embasado na democracia, um gestor criativo é acima de tudo flexível, comprometido com a construção coletiva de um planejamento participativo. Assim, o gestor deve ter atitude, comprometimento e ser capaz de fazer as coisas acontecerem, partindo da realidade onde a escola está inserida, compreendendo esta como local onde acontece a construção do conhecimento e a base das relações humanas.

Percebe-se que na reconstrução do projeto político-pedagógico a equipe gestora buscou o envolvimento de toda a comunidade escolar, que participou dessa reconstrução através de questionários e reuniões onde puderam colocar sua opinião frente ao andamento da escola, estabelecendo coletivamente metas e ações que definirão os rumos da escola. Durante a reconstrução a escola buscou embasamento teórico, estudo e acima de tudo planejamento.

Isso porque sem planejamento, que organize e dê sentido e unidade ao trabalho, as ações tendem a ser improvisadas, aleatórias, espontaneístas, imediatistas e notadamente orientadas pelo ensaio e erro, condições que tantos prejuízos causam à educação. Sem planejar, trabalha-se, mas sem direção clara e sem consistência entre as ações. Dá-se aula, mas não se promove aprendizagens efetivas; realizam-se reuniões, mas não se promove convergência de propósitos em torno das questões debatidas; realiza-se avaliações, mas seus resultados não são utilizados para melhorar os processos educacionais; enfrenta-se os problemas, mas de forma inconsistente, reativa e sem visão de conjunto, pela falta de análise objetiva da sua expressão e da organização das condições para superá-las (LÜCK, 2009, p.32).

O projeto político-pedagógico representa a diversidade existente dentro da realidade escolar, além de promover a transformação do ambiente escolar. Deve ser constituído, elaborado e articulado de acordo com os interesses da comunidade escolar, constituindo-se em uma prática coletiva, comprometida com os interesses de todos, fazendo com que haja comprometimento das pessoas que o reconstruíram

em busca da execução de metas e ações previstas no documento em busca de uma maior qualidade em educação e que tenha o educando como centro do processo educativo. Reconstruído de acordo com essas evidências será um elemento desencadeador de mudanças significativas nos processos e organização das práticas educativas em busca de uma escola verdadeira democrática.

Após o desenvolvimento deste estudo, pode-se dizer que a Gestão Democrática é fruto de uma organização pedagógica a qual permite a discussão e o diálogo, promovendo a autonomia coletiva e a participação. Que contribui inegavelmente para se conquistar uma educação de qualidade.

Reforça-se que é por meio da participação efetiva da comunidade escolar, da organização do trabalho pedagógico, da construção do projeto político-pedagógico e através dos princípios da Gestão Democrática, que a escola poderá contribuir para a superação das contradições da sociedade e auxiliar no processo contínuo de construção de uma sociedade mais humana e democrática.

A democracia é indispensável no cotidiano de uma escola e, coordená-la requer procedimentos que permitam criar um clima de participação democrática que supere o autoritarismo, o individualismo e a centralização do poder, dessa forma evidencia-se o papel do diretor como articulador do processo ensino-aprendizagem o qual cabe além de conciliar as demandas burocráticas e pedagógicas da escola, buscar mecanismo de envolver a comunidade escolar no processo de tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A.J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Revista Cadernos de Pesquisa**, v.36, n.129, set./dez. 2006.

AZEVEDO, J.M.L. de. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. **Educação e Sociedade**. Campinas, 2002.

BAIERLE, S. A importância da gestão participativa. **Mundo Jovem**. Porto Alegre, 2008.

BRASIL. Ministério Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB 1, de 03 de abril de 2002.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996.

BUSSMANN, A. C. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, I.P.A. (Org). **O projeto político-pedagógico: uma construção possível**. 3.ed. Campinas: Papirus, 1997, p.33-52.

CAETANO, R.M. A educação e o projeto de nação. **Revista Mundo Jovem**. São Paulo, 2010.

CANAN, S. **Autonomia e cidadania: pressupostos do projeto político-pedagógico**. Frederico Westphalen: URI, 2006.

COSTA, J. da. **Imagens organizacionais da escola**. Porto: ASA, 1998.

DEMO, P. **Desafio do projeto pedagógico**. [S.l.s.n], 2005.

FERREIRA, L.S. **Escola, a gestão do pedagógico e o trabalho de professores**. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed2ano1_artigo06_Liliana_Ferreira.pdf>. 2009. Acesso em: 20 abr. 2011.

FERREIRA, N.S.C. **Gestão do trabalho pedagógico: supervisão e orientação escolar**. O projeto político-pedagógico. Curitiba, 2008.

FERREIRA, N.S.C. A gestão da educação e as políticas de formação de profissionais da educação: desafios e compromissos. In: FERREIRA, N.S.C. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003, p.147-156.

FREITAS, L.C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: GERALDE, C.M.G; RIOLFI, C.R.; GARCIA, M.F. **Escola Viva**: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda, 2004.

GADOTTI, M. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GADOTTI, M. **Dimensão política do projeto pedagógico**. Minas Gerais: SEED, 2000.

GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia**: diálogo e conflito. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GROTTO, E.M.B. **Gestão Escolar**: Competências e habilidades da equipe gestora em uma escola pública. Diversidade na Educação: diálogos possíveis. Frederico Westphalen: URI, 2006.

GURGEL, T. Projeto Pedagógico. A grande articulação. **Revista Nova Escola**. Edição Especial. n.1, p.6-9, 2008.

HORA, D. L da. **Gestão democrática na escola**. Campinas: Papyrus, 1997.

KRAMER, S. Propostas Pedagógicas ou curriculares: Subsídios para uma leitura crítica. **Educação e Sociedade**. ano XVII, n.60, p.20-25, 1997.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LÜCK, H. **Liderança em gestão escolar**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Gestão educacional**: uma questão de paradigma. Petrópolis: Vozes, 2006.

LOPES, N. PPP na prática. **Revista Nova Escola**. Gestão Escolar. Ano II, n.11, p.22-28. Dezembro 2010/Janeiro2011.

MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I.M. Por que planejar? Como planejar? 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

PÁDUA, E.M.M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 10.ed. São Paulo: Papirus, 2004.

PARO, V.H. Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública. **Idéias**, São Paulo, n.12, 1992.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**: convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PORTO, I. da S. (Org.). **Projeto político-pedagógico**: construindo identidades. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas/Educat, 2001.

PRIOLLI, J. Quando o diretor se torna um gestor. **Revista Nova Escola**. Edição Especial, n.1, p.6-9, 2008.

PROGAMA ESCOLA ATIVA. **Orientações Pedagógicas para Formação de Educadores e Educadoras**. Ministério da Educação. Brasília, 2008.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **Secretária de Município de Educação**. Novo Barreiro. 2010.

RIOS, T.A. Apolítica do dia a dia. **Revista Nova Escola**. Gestão Escolar. Ano II, n.11, p.54, Dezembro 2010/Janeiro2011.

REVISTA ESCOLA PÚBLICA. **Educação em números**: Desigualdade no campo. Ano IV, n.21, p.17 Junho/Julho, 2011.

SILVA, D.M.R. da. O que caracteriza uma gestão democrática? **Mundo Jovem**. Porto Alegre, 2009.

SILVA, I. B E. Projeto Pedagógico. **Revista Uniara**, n.20, p.103-111, 2007.

SPÓSITO, M. P; BASTOS, J.B. Gestão democrática In: BASTOS, J.B. educação Gestão democrática e participação popular. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

TIBA, I. **Disciplina, limites na medida certa**: novos paradigmas. 73.ed. São Paulo: Integre Ed., 2006.

TORRES, M.R. **Educação para todos**: a tarefa por fazer. Porto Alegre: EDITORA, ARTMED, 2001.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TROMBETTA, S. A formação de professores. **Mundo Jovem**. Porto Alegre, 2008.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 19.ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VIEIRA, S.L. **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VEIGA, I.P.A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I.P.A.; RESENDE, L.M.G. de. (Orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 13.ed. São Paulo: Papyrus, 2008, p.9-32.

VEIGA, I.P.A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I.P.A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 22.ed. Campinas: Papyrus, 2006, p.11-33.

VEIGA, I.P.A. Inovações e projeto político pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória. **Cadernos CEDES**. Campinas, v.23, n.61, p.267-281, dezembro, 2003.

WERLE, F.O. **Conselhos escolares implicações na gestão da Escola Básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

WILL, D.E.M. Algumas contribuições para a construção do projeto político pedagógico na escola. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.º 4, p.189-195, 2002.

WITTMANN, L.C. **Especialização em gestão do trabalho pedagógico**: supervisão e orientação escolar. Curitiba: IBPEX, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Como estudante do Curso de Especialização em Gestão Educacional, na UAB/UFSM, estou desenvolvendo a pesquisa “UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DA ZONA RURAL DE NOVO BARREIRO/RS”. Tal pesquisa objetiva a coleta e análise de dados que resultarão na monografia de conclusão de curso, sob orientação do Prof. Leonardo Germano Krüger.

O trabalho se constitui em analisar o envolvimento da comunidade escolar no processo de reconstrução do Projeto Político Pedagógico de uma Escola Municipal da zona rural de Novo Barreiro (RS). A pesquisadora responsável é Aline Franz, aluna do referido curso. A pesquisadora se compromete em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os colaboradores venham a ter no momento da pesquisa ou, posteriormente, através do telefone (55) 96410925 ou e-mail aline.franz@hotmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e de ter esclarecido minhas dúvidas, eu, autorizo a realização do questionamento sobre a temática. Também, concordo com a utilização de minhas escritas, sem identificação do meu nome, apenas com o nome fictício, nos relatórios da pesquisa e publicações associadas.

Novo Barreiro, de de 2011.

Assinatura do entrevistado:

Assinatura do pesquisador responsável:.....

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO AS DIRETORAS E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

QUESTIONÁRIO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Vimos por meio deste solicitar a sua contribuição para elaboração da pesquisa intitulada: “UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DA ZONA RURAL DE NOVO BARREIRO/RS”. O objetivo central do estudo é verificar se a participação da comunidade escolar na reconstrução do Projeto Político Pedagógico de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da zona rural de Novo Barreiro (RS) pode ser considerada como um instrumento de gestão democrática.

É importante que você participe, para podemos aprofundar os conhecimentos a respeito da importância do Projeto Político Pedagógico, bem como da participação da comunidade escolar em sua reconstrução, sendo construído dessa maneira será uma missão que todos assumirão juntos.

Obrigada pela sua colaboração!

Cargo:.....

Graduação:.....

Pós-Graduação:.....

Tempo de atuação no cargo:.....

Tempo de atuação na rede municipal:.....

Data: / / 2011.

- 1) Como você define Gestão Escolar?
- 2) Para você o que é ser gestor?
- 3) Qual a função dos líderes da escola?
- 4) O que levou a escola fazer a reconstrução do PPP? Como foi divulgado que iria acontecer esse processo?

- 4.1) As etapas da reconstrução do Projeto Político Pedagógico foram definidas por quem? Quais foram essas etapas? O que foi feito em cada etapa?
- 5) Na reconstrução do Projeto Político Pedagógico de sua escola aconteceu a participação da comunidade escolar?
- 6) Quem participou desse processo?
- 7) O que a escola considera importante constar na Projeto Político Pedagógico?
- 8) Quais os métodos utilizados pela escola para promover a participação da comunidade escolar na reconstrução do PPP?
- 9) Qual a importância da participação dos pais na reconstrução do Projeto Político Pedagógico?
- 10) Para você o que significa Gestão Democrática? A reconstrução do Projeto Político Pedagógico de sua escola pode ser considerado um processo de Democracia? Por quê?
- 11) Você acredita que a Formação Continuada, estudos, pesquisas e discussões em grupos são importantes para a reconstrução do Projeto Político Pedagógico? Por quê?
- 12) Você como líder escolar como avalia o trabalho conclusivo do Projeto Político Pedagógico?

APÊNDICE 3 – QUESTIONÁRIO AS FAMÍLIAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

QUESTIONÁRIO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Vimos por meio deste solicitar a sua contribuição para elaboração da pesquisa intitulada: “UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DA ZONA RURAL DE NOVO BARREIRO/RS”. O objetivo central do estudo é verificar se a participação da comunidade escolar na reconstrução do Projeto Político Pedagógico de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da zona rural de Novo Barreiro (RS) pode ser considerada como um instrumento de gestão democrática.

É importante que você participe, para podemos aprofundar os conhecimentos a respeito da importância do Projeto Político Pedagógico, bem como da participação da comunidade escolar em sua reconstrução, sendo construído dessa maneira será uma missão que todos assumirão juntos.

Obrigada pela sua colaboração!

Cargo:.....
Graduação:.....
Pós-Graduação:.....
Tempo de atuação no cargo:.....
Tempo de atuação na rede municipal:.....
Data: / / 2011.

- 1) Para você o que significa participar?
- 2) Como se dá sua participação na escola?
- 3) Para você o que significa Projeto Político Pedagógico?
- 4) Você teve a oportunidade de participar da reconstrução do Projeto Político Pedagógico da escola? Como ocorreu essa participação?
- 5) Você acredita que através dessa participação haverá um maior entrosamento entre escola e família visando à melhoria na aprendizagem dos alunos e a qualidade em educação?
- 6) Como é realizada a tomada de decisões na escola, são realizadas reuniões, votações, ou de outra forma?

APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PROFESSORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Prezado(a) Professor(a),

Vimos por meio deste solicitar a sua contribuição para pesquisa intitulada: “UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DA ZONA RURAL DE NOVO BARREIRO (RS)”. O objetivo central do estudo é verificar se a participação da comunidade escolar na reconstrução do Projeto Político Pedagógico de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da zona rural de Novo Barreiro (RS) pode ser considerada como um instrumento de gestão democrática.

É importante que você participe para podemos aprofundar os conhecimentos a respeito da importância do projeto político pedagógico, bem como da participação da comunidade escolar em sua reconstrução, sendo construído dessa maneira será uma missão que todos assumirão juntos.

Obrigada pela sua colaboração!

Cargo:.....
Graduação:.....
Pós-Graduação:.....
Tempo de atuação no cargo:.....
Tempo de atuação na rede municipal:.....
Data: / / 2011.

- 1) Você considera o Projeto Político-Pedagógico um instrumento importante para o processo educativo?
- 2) Como você avalia sua participação na reconstrução do Projeto Político Pedagógico de sua escola?
- 3) Na reconstrução do Projeto Político Pedagógico de sua escola aconteceu a participação da comunidade escolar?
- 4) O que você considera importante constar no Projeto Político Pedagógico?

5) Quais os métodos utilizados pela escola para promover a participação da comunidade escolar?

6) Para você qual a importância da participação dos pais na reconstrução do Projeto Político Pedagógico?

7) O que significa Gestão Democrática? A reconstrução do Projeto Político Pedagógico de sua escola pode ser considerado um processo de Democracia? Por quê?

8) Você acredita que a Formação Continuada, estudos, pesquisas e discussões em grupos são importantes para a reconstrução do Projeto Político Pedagógico? Por quê?

9) Como você avalia o trabalho conclusivo do Projeto Político Pedagógico?

APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SUPERVISOR DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Vimos por meio deste solicitar a sua contribuição para pesquisa intitulada: “UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DA ZONA RURAL DE NOVO BARREIRO (RS)”. O objetivo central do estudo é verificar se a participação da comunidade escolar na reconstrução do Projeto Político Pedagógico de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da zona rural de Novo Barreiro (RS) pode ser considerada como um instrumento de gestão democrática.

É importante que você participe para podemos aprofundar os conhecimentos a respeito da importância do projeto político-pedagógico, bem como da participação da comunidade escolar em sua reconstrução, sendo construído dessa maneira será uma missão que todos assumirão juntos.

Obrigada pela sua colaboração!

Cargo:.....
Graduação:.....
Pós-Graduação:.....
Tempo de atuação no cargo:.....
Tempo de atuação na rede municipal:.....
Data: / / 2011.

Como você avalia a reconstrução do Projeto Político Pedagógico na Escola Municipal de Ensino Fundamental Zeferino Brasil? Esta reformulação pode ser considerada um instrumento de Gestão Democrática? Por quê?

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO ENVIADO PELA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL AOS PAIS

O Projeto Político Pedagógico é o documento que norteia as ações do processo Ensino Aprendizagem desenvolvido na Escola.

Tendo em vista a necessidade de reestruturação do mesmo e a importância da participação de toda a comunidade, apontando caminhos para a realização das ações necessárias no desenvolvimento da aprendizagem, solicitamos que sejam respondidas as seguintes questões:

- 1) Para você o que é Meio Ambiente?
 - a) Quais os problemas ambientais que você percebe na comunidade em que vive?

- 2) Você se considera:
 - () pequeno produtor agrícola
 - () médio produtor agrícola
 - () grande produtor agrícola
 - () outra profissão. Qual?
 - a) Você como produtor agrícola o que percebe na agricultura nos dias de hoje em relação a problemas enfrentados:
Incentivos e soluções encontradas:

- 3) O que é lazer para você? Que formas de lazer têm em sua comunidade? Quais as formas de lazer que sua família costuma participar?

- 4) Quais as formas de geração de renda de sua família? A família possui algum benefício do governo? Qual?

- 5) Em sua opinião a participação na escola e sociedade é importante? Por quê?

- 6) Qual a sua crença:
 - () Católica
 - () Evangélica Luterana
 - () Assembléia de Deus
 - () Outras. Quais?

- 7) Quantas pessoas moram em sua casa? Qual a escolaridade de cada um?

- 8) Quais as ações que você realiza para manter uma vida saudável?
 - a) O que você percebe e quais os problemas que causam a falta de saúde nas pessoas?

- 9) O que você entende por política?

- 10) Em sua opinião, qual é o papel da escola nos dias de hoje?

Senhores pais agradecemos a atenção ao responder essas questões e aceitamos sugestões nas linhas abaixo:

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELOS DOCENTES DA ESCOLA VISANDO ANALISAR A VISÃO DOS MESMOS A RESPEITO DA COMUNIDADE NA QUAL A ESCOLA ESTÁ INSERIDA.

- 1) Como você percebe a comunidade em que está inserida a Escola Zeferino Brasil?
 - a) Meio Ambiente e seus problemas?
 - b) Agricultura e seus problemas?
 - c) Lazer
 - d) Participação na sociedade
 - e) Saúde e seus problemas
 - f) Política

- 2) Como você pensa a educação, o processo ensino-aprendizagem e a avaliação para o trabalho em nossa escola?

- 3) Qual o papel da escola frente à sociedade de hoje?

- 4) Sugestões para um melhor desenvolvimento do trabalho na escola.

ANEXO 3 – FOTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

